

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 01/2015
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2015

Contratação de Empresa Especializada, por Empreitada Global de material e mão de obra, para a Construção de 20 módulos sanitários, com área total de 72m², sendo 3,60m² para cada módulo, conforme projeto do Programa da Secretaria de Habitação e Saneamento do Estado – SEHABS – em Lavras do Sul – RS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 10 horas, do dia 26 do mês de agosto do ano de 2015, no Setor de Licitações, se reunirá a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria n.º 312/2015, com a finalidade de receber propostas para Contratação de Empresa Especializada, por Empreitada Global de material e mão de obra, para a Construção de 20 Módulos Sanitários, com área total de 72m², sendo 3,60m² para cada módulo, conforme projeto do Programa de Habitação e Saneamento do Estado – SEHABS – em Lavras do Sul – RS.

1. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a Contratação de Empresa Especializada, por Empreitada Global de material e mão de obra, para a Construção de 20 Módulos Sanitários, com área total de 72m², sendo 3,60m² para cada módulo, conforme projeto do Programa de Habitação e Saneamento do Estado – SEHABS – em Lavras do Sul – RS, conforme projetos, memorial descritivo e demais especificações, anexos deste edital.

2. DA HABILITAÇÃO

2.1. Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope n.º 01:

2.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02;

2.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.1.3. REGULARIDADE FISCAL:

- a) prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)**;
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de Regularidade junto ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;
- e) **DECLARAÇÃO** da proponente de que não pesa contra si declaração de **INIDONEIDADE** expedida por órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer esfera (conforme modelo **Anexo V**);
- f) **Declaração** de que não emprega menor e cumpre o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal, (conforme modelo no **Anexo VI**);
- g) **Certidão Negativa de Débito Trabalhista, de acordo com a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.**

2.1.4. Para as Empresas cadastradas neste Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu **Certificado de Registro de Fornecedor**, fornecido por esta Prefeitura ou por qualquer outro órgão da administração pública, rigorosamente em dia, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade, e acompanhado das seguintes certidões:

- a) Prova de Regularidade junto ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;
- b) Certidão Negativa Municipal do local da sede do licitante;
- c) **DECLARAÇÃO** da proponente de que não pesa contra si declaração de **INIDONEIDADE** expedida por órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer esfera (conforme modelo **Anexo V**);
- d) **Declaração** de que não emprega menor e cumpre o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal, (conforme modelo no **Anexo VI**);
- e) **Certidão Negativa de Débito Trabalhista, de acordo com a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.**

2.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) certidão de registro no CREA;
- b) atestado de capacitação técnico-operacional em nome da empresa, registrado no CREA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos;

Observação: considera-se compatível o objeto cuja complexidade tecnológica seja similar ao objeto licitado e sua execução guarde proporcionalidade entre a área executada e o período utilizado para tanto.

- c) atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável técnico da empresa, registrado no CREA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível em características com o ora licitado.

Observação: a prova de capacitação técnica da empresa e do responsável técnico pode se dar em atestados separados ou em um único documento.

2.1.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do n.º do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA RELATIVA:

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \text{ILC} = \frac{\text{AC-DA}}{\text{PC}} = \text{PESO: } 0,3$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \text{ILG} = \frac{\text{AC-DA+ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} = \text{PESO: } 0,2$$

$$\text{GRAU DE IMOBILIZAÇÃO} = \text{IGI} = \frac{\text{AP}}{\text{PL} - \text{DA} + \text{REF}} = \text{PESO: } 0,1$$

$$\text{ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO} = \text{IEC} = \frac{\text{PC}}{\text{PL} - \text{DA} + \text{REF}} = \text{PESO: } 0,2$$

$$\text{ENDIVIDAMENTO GERAL} = \text{IEG} = \frac{\text{PC} + \text{PELP}}{\text{PL} - \text{DA} + \text{REF}} = \text{PESO: } 0,2$$

ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA ABSOLUTA:

1) Capacidade de contratação: $\text{ICC} = (\text{K} * \text{PL}) * (\text{n})$

PESO: K = 10

MCE + PO

12

IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DAS FÓRMULAS:

AC= Ativo Circulante.

K= fator de rotação anual do Patrimônio Líquido.

DA= Despesas Antecipadas de Curto Prazo.

MCE= Montante dos contratos a executar, apurados no quadro “D” do formulário RCL.

ARLP= Ativo Realizável a Longo Prazo.

PO= Preço Orçado constante do Edital do certame que interessar ao licitante.

AP= Ativo Permanente.

n= Prazo em meses estipulado para a execução das obras e serviços em licitação.

PC= Passivo Circulante.

PELP= Passivo Exigível a Longo Prazo.

PL= Patrimônio Líquido.

REF= Resultados de Exercícios Futuros.

Notas:

- 1) A classificação dos grupos de contas deve obedecer aos Princípios Fundamentais e às Normas Brasileiras de Contabilidade;
- 2) As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis;

- 3) O peso dos índices corresponde ao grau de importância que os mesmos têm na avaliação da capacidade financeira relativa aos licitantes;
- 4) O índice da Capacidade de Contratação – ICC, quando igual ou superior a 1,0 (um), indica que a empresa tem capacidade financeira absoluta para participar do certame;
- 5) O valor de “k” é 10 (dez) e corresponde à rotação anual do Patrimônio Líquido, calculada com base na receita operacional líquida, de uma amostra de empresas do ramo de construção.

Observação: É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, (válida se expedida dentro de 90 dias antes da abertura das Propostas);

2.2. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

2.3. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

2.4. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 2.2, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

2.5. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

2.6. O prazo de que trata o item 2.4 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

2.7. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 2.4, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.8. Os documentos constantes dos itens 2.1.2 a 2.1.5, poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial. Sendo que os documentos do item 2.1.3 poderão, ainda, serem extraídos de sistemas informatizados (*internet*) ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração.

2.9. Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração ou carta de credenciamento, outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 01/2015
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

**AO MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 01/2015
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)**

4. DA PROPOSTA

O envelope **n.º 02** deverá conter:

a) proposta financeira, rubricadas em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o preço global para a execução do serviço objeto desta licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão-de-obra, inclusive o BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.);

b) planilha de quantitativos e custos unitários.

Observação 1: O prazo de validade da proposta é de 120 dias a contar da data apazada para sua entrega.

Observação 2: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5. DO JULGAMENTO

5.1. Esta licitação é do tipo *menor preço* e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o menor preço global por empreitada, com fornecimento de material e mão-de-obra, sendo declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço global.

5.2. Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho serão acrescidos 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos daquele os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos a serem utilizados na execução do serviço.

5.2.1. Os valores da dedução acima indicada, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados na execução do serviço, deverão fazer parte do contrato e comprovadas, no momento da liquidação da fatura, por documento fiscal.

5.3. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei n.º 8.666/93.

6. CRITÉRIO DE DESEMPATE

6.1. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 2.2, deste edital.

6.1.2. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

6.1.3. A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

6.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 2.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea *a* deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

6.3. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.4. O disposto nos itens 6.1 à 6.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 2.2, deste edital).

6.5. As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

6.5.1. Critério de desempate: Ressalvadas as demais hipóteses previstas expressamente em lei e neste Edital, como critério de desempate final será adotado o **SORTEIO PÚBLICO**, na forma estatuída no Art. 45, § 2º da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, em data e horário a ser definido pela Administração, inclusive podendo ser realizada na mesma sessão de julgamento das propostas, caso

presentes os licitantes que apresentaram a proposta mais vantajosa à administração e que deram ensejo a adoção de tal medida.

7. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

7.1. Somente serão aceitas as propostas cujo preço global ofertado e valores unitários não excedam o valor estimado pelo Município, incluindo-se neste cômputo o BDI.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preços unitários e/ou global superestimados ou inexequíveis.

8. DOS RECURSOS

Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

9. DOS PRAZOS

9.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

9.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

9.3. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

9.4. O prazo de execução da obra será de 2 (Dois) meses, a contar do recebimento da ordem de execução dos serviços.

10. DA GARANTIA

No prazo de cinco dias úteis, a contar da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1.º, incisos I, II e III, da Lei n.º 8.666-93, correspondente a 1% (um por cento) do valor contratado.

11. DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora sujeitar-se-á às seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do art. 86 e seguintes da Lei 8.666/93:

11.2. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

11.3. Multa:

11.3.1. de 5% sobre o valor da NOTA FISCAL/FATURA relativa aos serviços, pelo descumprimento de disposição do Edital, cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

11.3.2. de 10% sobre o valor total atualizado do Contrato/Empenho, nos casos de inexecução parcial ou total, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado.

11.4. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, de 1 a 2 anos.

11.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

11.6. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do Contrato/Empenho, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor, que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

11.7. A licitante vencedora que, chamada a retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o Contrato, não comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado para o fornecimento do objeto da presente licitação, podendo a Prefeitura Municipal de Lavras do Sul, convocar as licitantes remanescentes respeitadas à ordem de classificação, ficando a licitante sujeita às penalidades previstas neste item.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado de acordo com as medições feitas pela empresa contratada, juntamente com a Prefeitura Municipal, e pela disponibilidade financeira que se dará pelos repasses da SEHABS/RS, em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos a partir da data de cada medição.

12.2. Para a efetivação do pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS, INSS, bem como das fotocópias das CTPS assinadas, e folha de pagamento/recibo referentes aos empregados utilizados na prestação dos serviços.

12.3. Somente serão pagos os valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados mediante apresentação de nota fiscal/fatura.

12.4. O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

12.5. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

12.6. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

12.7. Ficará responsável pelo acompanhamento da execução do Processo e futuro contrato o senhor **Paulo Ricardo Zago Nogara**.

13. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

13.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

13.2. No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, pelo IGPM ou pelo índice que lhe vier a substituir.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

0228 – 08.512.0202 – 1.026 – 4.4.90.51.00.00.00.00.1125 – Obras e Instalações – Melhorias Habit Sanit – FMAS – R\$ 78.000,00.

0229 – 08.512.0202 – 1.026 – 4.4.90.51.00.00.00.00.1147 – Obras e Instalações – Melhorias Habit Sanit – FMAS – R\$ 50.000,00.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.

15.2. Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

15.3. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

15.4. Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, *a e b*, da Lei n.º 8.666/93).

15.5. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

15.6. Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666/93.

15.7. Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

I – Projeto Básico;

II – Memorial Descritivo;

III – Relação de Materiais;

IV – Cronograma Físico-Financeiro;

V – Convênio;

VI – Plano de Trabalho;

VII – Plantas;

VIII – Modelo de Declaração de Idoneidade;

IX – Modelo de Declaração de que não emprega menor;

X – Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação;

XI – Minuta do Contrato.

16. DO FORO:

16.1. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o foro da Comarca de Lavras do Sul, para dirimir quaisquer litígios oriundos da Licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Informações serão prestadas aos interessados no horário da 08:00h às 14:00h, na Prefeitura Municipal de Lavras do Sul, no Prédio Central da Administração, no Setor de Compras e Licitações, sita na Rua Coronel Meza, n.º 3373, Bairro Centro, ou pelo fone/fax n.º (55) 3282-1267.

Lavras do Sul, 07 de Maio de 2015.

Alfredo Maurício Barbosa Borges
Prefeito Municipal.

ANEXO I – PROJETO BÁSICO



Prefeitura Municipal de Lavras do Sul

Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 88.201.298/0001-49
Rua Cel. Meza, 373 - Centro - Cx. Postal n.º 05 - Lavras do Sul
Fone: 55 3282 -1244 - Fax : 55 3282 -1267
E_mail: seplanlavras@gmail.com Cep: 97.390- 000



PROJETO BÁSICO

DO OBJETO:

Apresente licitação tem por objetivo Empreitada Global de Material e Mão de Obra para construção de 20 Módulos Sanitários- do Programa da Secretaria de Habitação e Saneamento do Estado.

DA DESCRIÇÃO DOS OBJETOS:

Aquisição de material e contratação de Mão de Obra especializada para a construção de 20 Módulos Sanitários.

DA JUSTIFICATIVA:

O Município de Lavras do Sul/RS está localizado na Microrregião de Campanha Meridional, Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, distante 325 km da capital gaúcha, possui uma área territorial de 2.599,81 km² e sua população é de 7.669 habitantes (IBGE 2010). Tem como principais atividades econômicas a agricultura familiar e a pecuária, destacando-se a pecuária de corte e também a cultura de arroz irrigado.

Nossa proposta justifica-se na medida em nossa comunidade em sua grande maioria, pessoas de baixa renda, associados à falta de um módulo sanitário em suas residências estão vulneráveis a vários tipos de doenças relacionados à falta de saneamento básico. Com a construção dos módulos resgata-se e preservam-se valores do nosso povo, melhorando a qualidade de vida dos beneficiários.

Apesar de ser uma cidade pequena, Lavras do sul /RS necessita de infra-estrutura, principalmente quanto ao saneamento, conforme o projeto em tela que será de fundamental importância para a auto-estima dos moradores que irão sentirem-se bem melhor em suas moradias e mais confortáveis quanto à saúde de suas famílias. Tendo como função principal ainda, fomentar e difundir o conceito de saneamento como ação de saúde pública, dando, assim, o caráter básico para proteção sanitária e conseqüentemente à melhoria da qualidade de vida da população, além de ter nos levantamentos epidemiológicos e fatores de riscos ambientais, os parâmetros para a definição das ações, das metas e das prioridades locais. O referido projeto resgata as obras relacionadas à realização de Ações de Melhorias Sanitárias que implica em



Prefeitura Municipal de Lavras do Sul

Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 88.201.298/0001-49
Rua Cel. Meza, 373 - Centro - Cx. Postal n.º 05 - Lavras do Sul
Fone: 55 3282 -1244 - Fax : 55 3282 -1267
E-mail: seplanlavras@gmail.com Cep: 97.390- 000



atender às necessidades básicas de saneamento das famílias, por meio de instalações sanitárias mínimas.

Salientamos ainda, que o nosso principal compromisso está voltado para o desenvolvimento de nosso Município através da preocupação em desenvolvermos ações que resultem principalmente na qualidade de vida de nossos munícipes.

Obras de cunho social valorizam e melhoram a qualidade de vida de nossa comunidade, e com esta modalidade de ação proporcionará, ainda, um local adequado e sem riscos a saúde pública.

DA ESTIMATIVA DE CUSTOS:

Aquisição de materiais de construção e conclusão dos módulos sanitários no valor de R\$ 108.571,42 (cento e oito mil, quinhentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos) conforme item 5 (cinco). Do plano de trabalho anexo

DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado de acordo com as medições feitas pela empresa contratada juntamente com a Prefeitura Municipal e pela disponibilidade financeira que se dará pelos repasses na rubrica em anexo, em até 25 dias consecutivos a partir da data da medição.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Deverá executar a obra, conforme cronograma proposto, o memorial descritivo, projeto básico, planilhas orçamentárias, e entre outros aspectos seguir a Legislação pertinente ao Edital da Licitação em questão;

É responsável pelo planejamento e controle dos serviços, de forma a cumprir o prazo determinado devendo para tal, apresentar a programação detalhada dos serviços à fiscalização.

Deverá apresentar previamente uma relação contendo nome, cargo e nº da carteira de identidade de todos os profissionais alocados na obra.

Deverá fornecer todo o material necessário para execução dos serviços, equipamentos de segurança, uniformes e outros quaisquer equipamentos e materiais que sejam necessários à plena execução da obra.



Prefeitura Municipal de Lavras do Sul

Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 88.201.298/0001-49
Rua Cel. Meza, 373 - Centro - Cx. Postal n.º 05 - Lavras do Sul
Fone: 55 3282 -1244 - Fax : 55 3282 -1267
E_mail: seplanlavras@gmail.com Cep: 97.390- 000



Deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, materiais de qualquer natureza para a execução da obra.

Deverá arcar com custos e despesas decorrentes de licenças, tributos, taxas, fretes, emolumentos e mais outras despesas diretas e indiretas de qualquer natureza, que incidam sobre os custos dos serviços.

Deverá refazer, sob sua exclusiva e integral responsabilidade, sem ônus para a contratante dos serviços e sem importar em alteração do prazo contratual, os serviços executados em que se verificarem defeitos de material ou vícios de execução, de acordo com a legislação em vigor.

Deverá fornecer ao pessoal necessário a execução dos serviços, uniformes e equipamentos de segurança, responsabilizando-se pelo seguro de acidentes de trabalho e pelos encargos trabalhistas e previdenciários dos mesmos, como única e exclusiva, ficando sob sua responsabilidade qualquer sinistro ocorrido em seus empregados ou propostos, quanto da prestação dos serviços objeto do contrato.

Deverá apresentar a medição Física dos serviços.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Deverá fiscalizar a Execução da obra, conforme cronograma e documentação proposta, e seguir a legislação pertinente ao Edital da Licitação.

DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

1. Os prazos de entrega dos serviços a serem executados estão especificados cronograma de obras em anexo.
2. O prazo de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, desde que justificado e aceito pela administração, após esse período, fica a CONTRATADA sujeita as penalidades cabíveis conforme a disciplina a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores em seu art.78, bem como o presente edital no que diz respeito às SANÇÕES.
3. Os objetos do contrato serão executados nos locais especificados e entregues e/ou fiscalizados nos locais de execução, ou seja, nas residências dos beneficiários do Programa Módulos Sanitários.



Prefeitura Municipal de Lavras do Sul

Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 88.201.298/0001-49
Rua Cel. Meza, 373 - Centro - Cx. Postal n.º 05 - Lavras do Sul
Fone: 55 3282 - 1244 - Fax : 55 3282 - 1267
E_mail: seplanlavras@gmail.com Cep: 97.390- 000



DA GARANTIA DO PRODUTO:

1. Os Bens/Materiais deverão ter a garantia de no mínimo 03 (três) meses contra defeito de fabricação.
2. Todo material que apresentar defeito de fabricação deverá ser substituído no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da data da notificação a ser emitida pela Prefeitura Municipal de Lavras do Sul – Secretaria de Obras responsável pela fiscalização/recebimento.
3. Todos os Bens/Materiais deverão estar dentro das normas da ABNT e do INMETRO e que não ofereçam riscos a Saúde e a integridade física dos servidores.

DAS PENALIDADES:

Descritas no Edital conforme Lei 8.666/93.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa será reduzida dos créditos orçamentários abaixo especificados na relação orçamentária encaminhada pelo setor contábil em anexo

DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

O fiscal do contrato será o engenheiro civil Paulo Ricardo Zago Nogara- CREA 70065, nomeado por Portaria específica.

DO FORO:

Comarca de Lavras do Sul- RS.

Lavras do Sul, 02 de dezembro de 2014.

CLÁUDIA LOPES GARCIA

Secretária de Planejamento

GMC – Gerente Municipal de Convênios

CLG

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MÓDULO SANITÁRIO (A= 3,60 m²)

1. OBJETIVO

A presente especificação tem por objetivo estabelecer os critérios para execução das obras a serem implantadas no município de Lavras do Sul através da Secretaria de Habitação e Saneamento – SEHABS, bem como especificar os materiais a serem utilizados.

2. GENERALIDADES

- 2.1. Esta especificação complementa o projeto arquitetônico (planta baixa, corte e fachada) e os projetos hidrossanitário e elétrico, fornecidos pela SEHABS, em pranchas A4 de nº 1 a 6.
- 2.2. Todas as modificações de projeto ou troca de materiais especificados deverão ser solicitadas por escrito à SEHABS através da sua Fiscalização, com antecedência necessária para sua análise e aprovação, sem a qual os serviços não poderão ser executados.
- 2.3. Deverão ser providenciadas ligações provisórias de água (CORSAN), e Energia Elétrica (AES Sul – CEEE – RGE), antes do início das obras.

3. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

- 3.1. Serão de responsabilidade da Prefeitura, todas as providências relativas ao licenciamento da construção, ART's de execução junto ao CREA, Guias de recolhimento junto ao INSS e taxas correspondentes.
- 3.2. A Prefeitura obriga-se a executar as obras de acordo com o projeto, prestando toda a assistência técnica e administrativa, a fim de que os trabalhos sejam desenvolvidos com a máxima perfeição e mínimo de desperdício.
- 3.3. Serão de responsabilidade da Prefeitura as seguintes providências:
 - Recrutamento de mão-de-obra inerente aos serviços a executar;
 - Equipamentos mecânicos e ferramentais necessários;
 - Equipamentos de proteção individual conforme normas reguladoras NR-6 e NR-18 do Ministério do Trabalho;
 - Galpão de obra para abrigo do pessoal, ferramentais e materiais;
 - Cavaletes de sinalização de obras, interrupção de trânsito e proteção ao pedestre;
 - Placa de obra modelo SEHABS.

4. LOCAÇÃO DA OBRA:

No acoplamento do módulo sanitário com a casa existente, será necessária a adequação do banheiro com o nível da fundação e com a inclinação do telhado existentes.

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70665

- 4.1. A obra será locada com todo o rigor, os esquadros serão conferidos à trena e as medidas tomadas em nível. Para compensar as diferenças entre as medidas reais dos tijolos e as consignadas em planta, as paredes externas serão locadas pelas medidas externas e as internas, pelos respectivos eixos.
- 4.2. Alinhamento:
As edificações deverão observar o recuo indicado no projeto.
- 4.3. Referência de nível:
Os níveis dos pisos internos deverão estar de acordo com os indicados em planta, devendo ficar no mínimo 20 cm acima do ponto mais desfavorável do terreno.
- 4.4. As escavações para fundações deverão ser feitas manualmente, no alinhamento das fundações, em uma largura mínima de 60 cm, podendo a terra, se for própria para aterro, ser usada para reaterro da obra.
- 4.5. O reaterro, no interior da obra, deverá ser feito manual ou mecanicamente, sob a forma de apiloamento por meio de placa vibratória, em camadas de 20 cm, devidamente molhadas.

5. FUNDAÇÕES

- 5.1. Após a escavação das valas, será executada uma camada niveladora em lastro de concreto magro 1:2:6, com espessura de 5 cm.
- 5.2. As fundações serão do tipo direta, em alvenaria de pedras de grês (arenito), nas dimensões de 12 x 25 x 50 cm, argamassadas com cimento e areia, traço 1:4, em tantas fiadas quantas necessárias, nunca inferior a duas, para alcançar camada firme do solo.
- 5.3. O respaldo desta fundação será constituído por viga contínua de 12 x 15 cm em concreto fck de acordo com a NBR 6118 / 2003, armada com 4 ferros de 8 mm com estribos de ferro 4,2 mm a cada 15 cm, respeitando um recobrimento de ferragem de 2,5 cm. Quando da execução das formas deverão ser analisados os projetos complementares, com a finalidade de deixar nos elementos estruturais passagens para canalizações, eletrodutos, etc. Estas passagens poderão ser executadas deixando-se tubos de PVC nas formas, durante a concretagem. Deverá ser utilizado vibrador elétrico em toda a concretagem para enchimento das formas.
- 5.4. Impermeabilização com quatro demãos de hidroasfalto nas laterais internas e externas das vigas e na face de assentamento dos tijolos até a 2ª fiada.
OBS: Conforme o tipo de terreno a Prefeitura poderá apresentar projeto de fundação alternativo que deverá ser aprovado pela SEHABS.

6. PAREDES

- 6.1. As paredes serão de tijolos furados e/ou blocos cerâmicos, para acabamento com revestimento interno e externo em massa única, com fiadas niveladas, alinhadas e aprumadas, com juntas horizontais contínuas de espessura 1,5 cm, e verticais descontínuas. Os tijolos serão previamente molhados, e assentes com argamassa de cimento, cal e areia no traço 1:2:8.
- 6.2. Sobre os vãos das portas e janelas deverão ser construídas vergas com 2 ferros 6,3 mm, colocados entre as duas primeiras fiadas de tijolos, argamassadas com

PAULO RICARDO ZABO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70085

cimento e areia no traço 1:3, as quais devem exceder a largura do vão pelo menos 20 cm de cada lado.

- 6.3. O respaldo das alvenarias de tijolos será fechado com uma viga de amarração em concreto armado, de acordo com a NBR 6118 /03, nas dimensões de 10 x 15 cm com 4 ferros de diâmetro 5 mm com estribos 4,2 mm a cada 20 cm. Nessa viga deverão ficar esperas de ferro 4,2 mm em duplo "U" para armação dos caibros (observar o espaçamento dos caibros no projeto de telhado).
OBS: Cuidado especial na concretagem da viga de amarração para evitar que o concreto escorra nas paredes e se escorrer, limpar antes de secar.

7. REVESTIMENTO

- 7.1. Todas as paredes (internas e externas) serão rebocadas com chapisco e emboço de massa única.
- 7.2. Chapisco: as paredes deverão ser chapiscadas com argamassa de cimento e areia grossa no traço 1:4.
- 7.3. Massa Única: após o chapisco, as paredes receberão como acabamento final o emboço desempenado no traço 1:5 com 20% de cimento.
- 7.4. As superfícies deverão ser bem desempenadas e feltradas, não se admitindo espessura menor que 1,5 cm e maior que 2,5 cm. Antes de receber o chapisco e a massa, as paredes deverão ser convenientemente molhadas.
- 7.5. As paredes do box, da pia e do vaso sanitário serão revestidas com azulejos, assentadas com argamassa colante até a altura de 1,5 m, argamassadas com rejunte flexível.

8. COBERTURA

- 8.1. A cobertura será executada com telhas de fibrocimento sem amianto, com 5 mm de espessura, nas dimensões constantes do projeto e atendendo às exigências da ABNT.
- 8.2. A estrutura do telhado será de madeira tipo cedrinho ou eucalipto rosa, formada por caibros de dimensões 5 x 7 cm com comprimento de 2 m, e deverão estar ancoradas nas esperas de arame de aço galvanizado n.º 12 BWG.
O apoio da cobertura será com caibros de 10 x 10 cm no vão livre.
Os beirais terão a largura de 30 cm.
- 8.3. Todo o madeiramento do telhado deverá receber tratamento antimoho e anticupinizada.
- 8.4. Quando o módulo sanitário for construído na divisa do lote, deverá ser colocada algeroz em chapa de aço galvanizado nº 20 BWG.

9. FORRO

- 9.1. Na parte interna, o forro será de PVC tipo lambri, devidamente encaixado, fixo nos caibros e seguindo a inclinação do telhado (escondendo a tubulação elétrica), arrematados em seu perímetro com meia cana de PVC.
- 9.2. Na parte externa, o beiral do telhado não receberá forro.
- 9.3. Toda a madeira utilizada deverá receber tratamento antimoho e anticupinizada.

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70942

10. ESQUADRIAS

10.1. PORTA

Será usada porta interna de madeira semi-oca de 0,60 x 2,10 m, com marco, guarnições, dobradiças e fechadura cromada tipo simples de embutir. Fixa em tacos de madeira pré-colocados.

Obs.: Se o módulo sanitário não for acoplado à casa existente e se a porta do módulo ficar na parte externa, esta deverá ser metálica, tipo lambri, em chapa de ferro nº 20 e montada com tubo metalon (20 x 30 x 1,20 mm), dobradiças de chapas de ferro e fechadura cilíndrica cromada.

10.2. JANELA

Metálica, tipo basculante horizontal, com vidros canelados 3 mm, de 0,60 x 0,60 m.

A esquadria metálica deverá receber fundo anti-corrosivo tipo "zarcão", em duas demãos, no mínimo, ou até perfeita proteção.

Todas as esquadrias deverão ser perfeitamente colocadas, obedecendo nível e prumo para evitar problemas de movimento.

11. PISOS

Apiloamento: os contrapisos serão executados depois do nivelamento perfeito do terreno interno, ou seja, terra sem detritos vegetais, colocada em camadas de 20 cm aproximadamente, convenientemente molhadas, apiloadas manual ou mecanicamente, de modo a evitar recalques futuros, conforme item 4.5 e colocadas todas as canalizações que devem passar por baixo do piso, se for o caso.

- 11.1. A espessura do contrapiso não deverá ser inferior a 12 cm, sendo 5 cm de brita nº 1 devidamente compactada e 7 cm de concreto no traço 1:3:6 de cimento, areia e brita, nivelado e desempenado. Adicionar impermeabilizante tipo Sika 1 na água de amassamento na proporção de 1 parte p/ 25 litros de água.
- 11.2. O piso do módulo sanitário receberá revestimento cerâmico, assentado com cimento cola e argamassado com rejunte flexível.
- 11.3. Na área externa será executado um contrapiso com 3 cm no traço 1:3:6 de cimento, areia e brita devidamente nivelado e desempenado, sobre lastro de 5 cm de brita nº 1, compactado.

12. SOLEIRAS E PEITORIS

- 12.1. A soleira da porta será confeccionada em cimento e areia média no traço 1:3, desempenada, nas dimensões de 3 x 10 cm.
- 12.2. O peitoril da janela será confeccionado em cimento e areia média no traço 1:3, desempenado, nas dimensões de 3 x 10 cm, com pingadeira na face inferior.

13. PINTURA

As superfícies a pintar serão cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinem.

- 13.1. Nas paredes internas e externas rebocadas usar inicialmente uma demão de selador acrílico, e em seguida, pintura com tinta látex PVA, nos mínimo duas

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 71096

demãos. Antes de iniciar a pintura sobre o reboco novo, aguarde até que o mesmo esteja seco e curado.

- 13.2. Pintura sobre esquadria de madeira: lixar para eliminar farpas, aplicar uma demão de tinta opaca base ou selador, conforme acabamento desejado, lixar novamente e aplicar duas demãos de tinta de acabamento, esmalte sintético ou óleo na cor desejada.
- 13.3. Pintura sobre esquadria metálica: lixar, aplicar uma demão de tinta anti-corrosiva e duas demãos de tinta de acabamento esmalte sintético ou óleo, na cor desejada.

14. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

- 14.1. As instalações elétricas serão executadas por profissionais habilitados, de acordo com as normas técnicas. As instalações deverão ficar embutidas em mangueiras corrugadas de PVC 1/2", tanto nas paredes, quanto no forro.
- 14.2. As caixas (2"x 4") de saída, ligação ou de passagem serão plásticas, sendo os interruptores e tomada com espelhos plásticos.
- 14.3. Deverá ser observado quadro de carga e projeto elétrico em anexo, para verificação, de proteção dos circuitos e enfição na bitola correta.
- 14.4. Entrada de luz: quando não houver, instalar ramal de entrada monofásico, colocar caixa padrão da concessionária local de acordo com o detalhe em anexo. O ramal de ligação será em cabo multiplex 2 # 10 mm². Deverá ser usado aterramento de 6 mm², haste e conector de cobre de 2 metros.

15. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

- 15.1. As instalações hidrossanitárias serão executadas por profissional habilitado, de acordo com as normas técnicas. O escoamento da bacia sanitária, em tubos de PVC esgoto, passa por caixas de inspeções 45 x 60 cm e será lançado a uma fossa séptica (dimensionada conforme NBR vigente). O dimensionamento do sumidouro ou outro dispositivo do sistema será de responsabilidade da empresa contratada que deverá realizar testes de permeabilidade em locais definidos entre contratante e contratada. Os efluentes deverão ser conduzidos da fossa séptica ao sumidouro, através de tubo em PVC 100 mm. Toda a rede de canalizações ficará embutida no contrapiso, ou no solo.
- 15.2. As instalações de água serão executadas com tubos de PVC soldáveis nas bitolas indicadas em projeto (estereograma), e ficarão totalmente embutidos nas alvenarias.
- 15.3. Durante a construção e até a montagem dos aparelhos, as extremidades livres das canalizações serão vedadas com bujões rosqueados ou plugues, convenientemente apertados, não sendo admitido o uso de buchas de madeira ou papel para tal fim.
- 15.4. O abastecimento de água será feito por rede da CORSAN ou concessionária local através de hidrômetro colocado próximo ao alinhamento do terreno.
- 15.5. Verificação: as tubulações de distribuição de água serão antes de eventual pintura ou fechamento dos rasgos das alvenarias, lentamente cheias de água, para eliminação completa do ar, e, em seguida, submetida à prova de pressão interna.

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 7000

- 15.6. As fossas sépticas deverão ser limpas, no mínimo, uma vez por ano.
- 15.7. A tampa da fossa séptica deverá ficar visível, facilitando a manutenção.
- 15.8. Louça sanitária. A bacia sanitária deve ser sifonada, branca, padrão popular e lavatório suspenso de louça branca 29,5 x 39 cm, padrão popular. Colocar assento plástico no vaso. O tanque será em PVC.
- 15.9. Metais. Registros de gaveta e pressão (chuveiro), 25 mm, metálicos. As torneiras serão em PVC, sendo a do tanque tipo longa.

16. LIMPEZA

A obra será entregue perfeitamente limpa, com todas as instalações e esquadrias em perfeito funcionamento e considerada concluída após a fiscalização e emissão do termo de recebimento, conforme cláusulas do contrato.

Lavras do Sul, 28 de Novembro de 2014

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70095
Paulo Ricardo Zago Nogara
Eng. Civil CREA 70095

CONFEA CREA-RS

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS

Registro de Contrato de Acervo Técnico sob forma de
Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal 6496/77
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS

ART Nr : 7096320

Dados da ART Agência/Código do Cedente

065-48/015117596

Nosso Número: 07096320.27

Tipo: EXECUÇÃO DA OBRA

Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL

Convênio: NÃO É CONVÊNIO

Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS070065

Profissional: PAULO RICARDO ZAGO NOGARA

E-mail: paulonogara@hotmail.com

RNP: 2206640791

Título: Engenheiro Civil

Empresa: NENHUMA EMPRESA

Nr.Reg.:

Contratante

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL

Endereço: CEL. MEZA 373

Telefone:

E-mail:

Cidade: LAVRAS DO SUL

Bairro: CENTRO

CPF/CNPJ: 88201298/0001-49

CEP: 97390000 UF: RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL

Endereço da Obra/Serviço: DISTRITO AREA RURAL E URBANA 373

Cidade: LAVRAS DO SUL

Bairro: CENTRO

CPF/CNPJ: 88201298/0001-49

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Dimensão(m²): 72,00

Vlr Contrato(R\$): 1,00

CEP: 97390000

UF: RS

Data Início: 06/11/2013

Prev.Fim: 06/11/2014

Custo da obra(R\$):

108.571,42

Honorários(R\$): 1,00

Ent.Classe:

Atividade Técnica

Descrição da Obra/Serviço:

Projeto

Edificações - Arquitetônico

Quantidade Unid.

Projeto

Fundações Superficiais

72,00 M2

Projeto

Instalações - Hidrossanitárias em Edificações

Projeto

Instalações - Elétricas em Baixa Tensão (1000 V)

Projeto

20 MODULOS SANITARIOS AREA RURAL/URBANA

Fiscalização

20 MODULOS SANITARIOS AREA RURAL/URBANA

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA

Engenheiro Civil

CREA-RS 070065

Local e Data

Declaro serem verdadeiras as informações acima

De acordo

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL

Profissional

Contratante

Banrisul 041-8

04192.10067 50151.175077 096320.40227 4 58840000015808

Local de Pagamento

PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA

Cedente

CREA-RS Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS

Data do documento

Nr.Doc

Espécie DOC

Acréscimo

Data Processamento

Uso Banco

Carteira

Espécie

Quantidade

Valor

06/11/2013

7096320

DM

NÃO

06/11/2013

01

R\$

Instruções:

NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO.

Este documento só terá validade após seu pagamento.

Agendamento só terá validade após sua compensação bancária.

Sacado: PAULO RICARDO ZAGO NOGARA

CPF: 23201827053

Vencimento

16/11/2013

Agência/Cód Cedente

065-48/015117596

Nosso Número

07096320.27

(=) Valor do Documento

158,08

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora/Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

Autenticação mecânica/Ficha de compensação

ANEXO III – RELAÇÃO DE MATERIAIS

RELAÇÃO DE MATERIAIS

MÓDULO SANITÁRIO (A= 3,60 m²)

MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL

MÓDULO SANITÁRIO COM FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO

COBERTURA EM FIBROCIMENTO SEM AMIANTO - REBOCADO INTERNA E EXTERNAMENTE

1. SERVIÇOS INICIAIS E FUNDAÇÃO

	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.	TOTAL
1 GUIA DE PINUS 2,5 x 20 cm x 2,70 m	un	5,00	R\$ 10,50	R\$ 52,50
2 SARRAFO PINUS 2,5 x 2,5 cm x 2,70 m	un	5,00	R\$ 1,50	R\$ 7,50
3 AREIA REGULAR	m³	0,66	R\$ 60,00	R\$ 39,60
4 BRITA nº 1 OU 2	m³	0,35	R\$ 110,00	R\$ 38,50
5 CIMENTO SACO DE 50 QUILOS	sc	4,00	R\$ 26,70	R\$ 106,80
6 PREGOS 17 x 27	kg	1,00	R\$ 9,50	R\$ 9,50
7 ARAME RECOZIDO nº 18	kg	1,00	R\$ 8,55	R\$ 8,55
8 FERRO 8 mm COM 12 m	br	4,00	R\$ 24,16	R\$ 96,64
9 FERRO 4,2 mm COM 12 m	br	4,00	R\$ 6,11	R\$ 24,44
10 HIDROASFALTO	l	3,00	R\$ 3,50	R\$ 10,50
11 PEDRAS DE GRES 47 x 25 x 12 cm	m³	1,50	R\$ 100,00	R\$ 150,00

2. ALVENARIAS

1. TIJOLOS 6 FUIROS	un	742,00	R\$ 0,49	R\$ 363,58
2. ARGAMASSA DE AREIA E CAL	m³	0,42	R\$ 155,00	R\$ 65,10
3. CIMENTO SACO DE 50 QUILOS	sc	2,00	R\$ 26,70	R\$ 53,40
4. AREIA REGULAR	m³	0,10	R\$ 90,00	R\$ 9,00
5. BRITA nº 1 OU 2	m³	0,10	R\$ 110,00	R\$ 11,00
6. FERRO 5 mm com 12 m	br	3,00	R\$ 9,05	R\$ 27,15
7. FERRO 4,2 mm com 12 m	br	2,00	R\$ 6,11	R\$ 12,22
8. PREGO 17 x 27	kg	1,00	R\$ 9,50	R\$ 9,50
9. ESCORA DE EUCALIPTO COM 3 m	un	1,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00

Obs.: As madeiras utilizadas nas formas da cinta de fundação deverão ser reutilizadas nas formas da cinta de amarração.

3. COBERTURA

1. CAIBRO DE CEDRINHO 5 x 7 cm x 2,00 m	un	4,00	R\$ 8,70	R\$ 34,80
2. PREGO 15 x 18	kg	1,00	R\$ 8,20	R\$ 8,20
3. TELHAS DE FIBROCIMENTO SEM AMIANTO 5 mm. Dimensões: 3.1- 1,10 x 2,13 m	un	3,00	R\$ 34,70	R\$ 104,10
4. PARAFUSOS ROSCA SOBERBA DIAMETRO 8 mm (5/16")	un	12,00	R\$ 0,55	R\$ 6,60
5. CUPINICIDA	l	0,55	R\$ 15,55	R\$ 8,55
6. FORRO EM PVC MACHO E FÊMEA	m²	3,60	R\$ 14,90	R\$ 53,64
7. PREGO 12 x 12	kg	1,00	R\$ 12,00	R\$ 12,00
8. MEIA CANA EM PVC	m	7,00	R\$ 9,00	R\$ 63,00

4. CONTRAPISO

1. AREIA REGULAR	m³	0,20	R\$ 60,00	R\$ 12,00
2. IMPERMEABILIZANTE PARA ARGAMASSA	l	2,00	R\$ 3,60	R\$ 7,20
3. CIMENTO SACO DE 50 QUILOS	sc	2,00	R\$ 26,70	R\$ 53,40
4. BRITA nº 1 OU 2	m³	0,42	R\$ 110,00	R\$ 46,20
5. PISO CERÂMICO	m²	2,60	R\$ 22,00	R\$ 57,20
6. CIMENTO COLA	kg	6,50	R\$ 8,00	R\$ 52,00
7. REJUNTE FLEXÍVEL	kg	3,00	R\$ 8,00	R\$ 24,00

5. REVESTIMENTO DE PAREDES

1. AREIA REGULAR	m³	0,36	R\$ 60,00	R\$ 21,60
2. ARGAMASSA DE AREIA E CAL	m³	0,75	R\$ 155,00	R\$ 116,25
3. CIMENTO SACO DE 50 QUILOS	sc	5,50	R\$ 26,70	R\$ 146,85
4. AZULEJO	m²	6,50	R\$ 19,00	R\$ 123,50
5. CIMENTO COLA	kg	9,00	R\$ 8,00	R\$ 72,00

AULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70065

6. REJUNTE FLEXÍVEL	kg	4,00	R\$ 8,00	R\$ 32,00
6. ESQUADRIAS				
1. PORTA INTERNA SEMIOCA DE MADEIRA COM MARCO, GUARNIÇÕES, DOBRADIÇAS, FECHADURA:				
1.1- 0,60 x 2,10 m	un	1,00	R\$ 175,80	R\$ 175,80
2. TACO DE FIXAÇÃO	un	7,00	R\$ 15,00	R\$ 105,00
3. JANELA BASCULANTE:				
3.1- 0,60 x 0,60 m	un	1,00	R\$ 42,20	R\$ 42,20
4. VIDRO CANELADO	m²	0,36	R\$ 50,00	R\$ 18,00
7. PINTURA				
1. SELADOR	l	4,00	R\$ 16,00	R\$ 64,00
2. TINTA ACRILICA	l	6,00	R\$ 26,60	R\$ 159,60
3. DILUENTE PARA TINTA	l	0,12	R\$ 12,70	R\$ 1,52
4. TINTA A ÓLEO	l	1,00	R\$ 17,85	R\$ 17,85
5. FUNDO BRANCO PARA MADEIRA	l	1,00	R\$ 17,80	R\$ 17,80
6. TINTA ZARCÃO	l	0,10	R\$ 13,50	R\$ 1,35
7. LIXA PARA MADEIRA nº 100	un	1,00	R\$ 0,75	R\$ 0,75
8. LIXA PARA MADEIRA nº 120	un	1,00	R\$ 1,25	R\$ 1,25
9. LIXA PARA FERRO nº 100	un	1,00	R\$ 0,75	R\$ 0,75
8. APARELHOS SANITÁRIOS				
1. VASO SANITÁRIO E LAVATÓRIO (em louça c/ acessórios de fixação)	cj	1,00	R\$ 108,80	R\$ 108,80
2. BOLSA DE BORRACHA 1 1/2"	un	1,00	R\$ 1,50	R\$ 1,50
3. ASSENTO PLÁSTICO	un	1,00	R\$ 18,25	R\$ 18,25
4. VÁLVULA DE PVC DN 40 mm	un	2,00	R\$ 3,40	R\$ 6,80
5. SIFÃO PLÁSTICO FLEXÍVEL 40 mm	un	2,00	R\$ 7,55	R\$ 15,10
6. ADAPTADOR DE PVC PARA VÁLVULA DE 40 mm	un	1,00	R\$ 2,00	R\$ 2,00
7. ENGATE FLEXÍVEL 1/2" 30 cm	un	2,00	R\$ 3,05	R\$ 6,10
8. TORNEIRA DE PVC PARA LAVATÓRIO DE 1/2"	un	1,00	R\$ 8,25	R\$ 8,25
9. FITA TEFON VEDA ROSCA	rl	1,00	R\$ 2,45	R\$ 2,45
10. CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA SOBREPOR 12 LITROS	un	1,00	R\$ 25,00	R\$ 25,00
11. TUBO DE DESCARGA EXTERNO DN 40 mm	un	1,00	R\$ 11,15	R\$ 11,15
12. BUCHA E PARAFUSO nº 8	un	2,00	R\$ 0,15	R\$ 0,30
13. TANQUE DE PLÁSTICO (com acessórios de fixação)	un	1,00	R\$ 39,35	R\$ 39,35
14. TORNEIRA DE PVC LONGA PARA TANQUE	un	1,00	R\$ 5,15	R\$ 5,15
15. JOELHO PVC DN 40 mm	un	4,00	R\$ 1,30	R\$ 5,20
16. CURVA CURTA DE PVC DN 100	un	1,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00
17. JOELHO 90° DN 75	un	1,00	R\$ 12,00	R\$ 12,00
9. MATERIAL HIDRÁULICO E SANITÁRIO				
1. TUBO DE PVC DN 25 mm	m	12,00	R\$ 1,50	R\$ 18,00
2. JOELHO 90° DE PVC DN 20 mm COM ROSCA AZUL	un	4,00	R\$ 1,50	R\$ 6,00
3. JOELHO 90° DE PVC DN 25 mm	un	1,00	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4. TÊ DE PVC DN 25 mm	un	3,00	R\$ 1,50	R\$ 4,50
5. REGISTRO DE PRESSÃO DN 25 mm METÁLICO	un	1,00	R\$ 24,75	R\$ 24,75
6. REGISTRO DE GAVETA DN 25 mm METÁLICO	un	1,00	R\$ 42,45	R\$ 42,45
7. FITA DE VEDAÇÃO COM ROSCA COM 10 m	rl	1,00	R\$ 2,45	R\$ 2,45
8. TUBO ADESIVO PVC 75 gramas	tb	1,00	R\$ 5,75	R\$ 5,75
9. TUBO DE PVC PARA ESGOTO 40 mm	m	3,00	R\$ 2,60	R\$ 7,80
10. TUBO DE PVC PARA ESGOTO 75 mm	m	3,70	R\$ 6,60	R\$ 24,42
11. TUBO DE PVC PARA ESGOTO 100 mm	m	6,00	R\$ 6,80	R\$ 40,80
12. CAIXA SIFONADA COM TAMPA DN 150	un	2,00	R\$ 8,00	R\$ 16,00
13. JUNÇÃO INVERTIDA 45° 100 x 75	un	1,00	R\$ 4,40	R\$ 4,40
14. CAIXA DE INSPEÇÃO:				
14.1- TIJOLOS MACIÇOS	un	93,00	R\$ 0,40	R\$ 37,20
14.2- ARGAMASSA DE CAL E AREIA	m³	0,08	R\$ 155,00	R\$ 12,40
14.3- AREIA REGULAR	m³	0,01	R\$ 60,00	R\$ 0,60
14.4- CIMENTO SACO DE 50 QUILOS	sc	0,30	R\$ 26,70	R\$ 8,01
14.5- FERRO	kg	1,10	R\$ 6,11	R\$ 6,72
15. FOSSA SÉPTICA	un	1,00	R\$ 350,00	R\$ 350,00

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70065

16. SUMIDOURO:

16.1- CIMENTO	sc	2,00	R\$ 26,70	R\$ 53,40
16.2- AREIA REGULAR	m³	0,20	R\$ 60,00	R\$ 12,00
16.3- BRITA nº 1 OU 2	m³	1,40	R\$ 110,00	R\$ 154,00
16.4- TIJOLOS MACIÇOS	un	313,00	R\$ 0,40	R\$ 125,20
16.5- FERRO 6,3 mm	br	3,00	R\$ 14,84	R\$ 44,52
16.6- FERRO 5,0 mm	br	2,00	R\$ 9,05	R\$ 18,10

10. REDE ELÉTRICA

1. POSTE DE CONCRETO PARA ENTRADA DE LUZ, COM QUADRO DE MEDIDOR COMPLETO, ATERRAMENTO, DISJUNTOR	un	1,00	R\$ 374,00	R\$ 374,00
2. CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 2 DISJUNTORES COM PORTA	un	1,00	R\$ 9,15	R\$ 9,15
3. CAIXA DE EMBUTIR 4 x 2" PLÁSTICA	un	4,00	R\$ 1,15	R\$ 4,60
4. INTERRUPTOR DUPLO DE EMBUTIR E TOMADA COMPLETO	un	2,00	R\$ 10,75	R\$ 21,50
5. DISJUNTOR MONOPOLAR DE 10 AMPERES	un	1,00	R\$ 9,50	R\$ 9,50
6. DISJUNTOR MONOPOLAR DE 25 OU 40 AMPERES	un	1,00	R\$ 10,25	R\$ 10,25
7. MANGUEIRA CORRUGADA 1/2"	m	6,00	R\$ 0,55	R\$ 3,30
8. ELETRODUTO DE AÇO ZINCADO 3/4"	m	1,50	R\$ 1,90	R\$ 2,85
9. CURVA DE 90° AÇO ZINCADO 3/4" COM BUCHA	un	3,00	R\$ 15,00	R\$ 45,00
10. FIO ISOLADO 1,5 mm² FLEXÍVEL	m	16,00	R\$ 0,73	R\$ 11,68
11. FIO ISOLADO DE 4,0 OU 6,0 mm² FLEXÍVEL	m	4,00	R\$ 2,60	R\$ 10,40
12. CAIXA SEXTAVADA	un	1,00	R\$ 1,30	R\$ 1,30

11. TOTAL**R\$ 4.572,35****12. MÃO-DE-OBRA****R\$ 856,22****13. TOTAL GERAL****R\$ 5.428,57**

Lavras do Sul, 28 de novembro 2014

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70065
Paulo Ricardo Zago Nogara
crea 70065

ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Modelo 10

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

X

[illegible]

BDI 20%
02/12/2014

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70065

ALFREDO MAURICIO BARBOSA BORGES
Prefeito

CRONOGRAMA MÓDULO LAVRAS (1)

ANEXO V - CONVÊNIO



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Estado da Habitação e Saneamento
Gabinete do Secretário

Assinado em: 31/05/14

COPIA 4 for.

Of.SEHABS.Gab 801/2014

Porto Alegre, 29 de maio de 2014.

Exmo. Sr.
ALFREDO MAURICIO BARBOSA BORGES
Prefeito de Lavras do Sul
Rua Cel Meza, 373
97390-000 Lavras do Sul/RS

Assunto: Encaminha via Convênio SEHABS/DESAN 3260/13

Excelentíssimo Senhor Prefeito.

-Ao cumprimentá-lo, cordialmente encaminhamos em anexo uma via Convênio SEHABS/DESAN 3260/13, referente a 20 Módulos Sanitários.

Atenciosamente,

Marcel Martins Frison
Secretário de Estado da Habitação e Saneamento



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO**

CONVÊNIO SEHABS/DESAN Nº 3260/13

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO, E O MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL/RS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRODUÇÃO DE AÇÕES HABITACIONAIS.

O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 87.934.675/0001-96, com sede administrativa na Praça Marechal Deodoro s/n, cidade de Porto Alegre, por intermédio da **Secretaria da Habitação e Saneamento**, a seguir denominada **SECRETARIA**, com sede na Av. Borges de Medeiros, 1501/14º andar, em Porto Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01820407/0001-28, neste ato representada por seu titular, **MARCEL MARTINS FRISON**, portador da carteira de identidade nº 4025027071, inscrito no CPF sob o nº 430.463.800-97, e o **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL**, com sede na Rua Coronel Mesa 373, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.201.298/0001-49, neste ato representado por seu Prefeito, **ALFREDO MAURÍCIO BARBOSA BORGES**, portador da Carteira de Identidade nº 5014663991, SJS/RS, e inscrito no CPF sob o nº 302.378.315-10, adiante denominado **MUNICÍPIO**, celebram o presente **CONVÊNIO**, em observância à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, à Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, à Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, à Lei Federal nº 10.998 de 15 de dezembro de 2004, regulamentada pelo decreto Federal nº 5.247 de 19 de outubro de 2004, à Lei Federal nº 11.997 de 07 de julho de 2009, regulamentada pelo decreto Federal nº 7.499 de 16 de junho de 2011, à Lei Estadual nº 14.069, de 26 de julho de 2012, à Lei Estadual nº 9.828, de 05 de fevereiro de 1993, à Lei Estadual nº 13.017, de 24 de julho de 2008, alterada pela Lei Estadual nº 13.210, de 03 de agosto de 2009, à Lei Estadual nº 11.179, de 25 de junho de 1998, à Lei Estadual nº 11.574, de 04 janeiro de 2001, Decreto Estadual nº 42.809, de 06 de janeiro de 2004, Instrução Normativa CAGE nº 01, de 21 de março de 2006 e alterações posteriores, conforme dados insitos nos Expedientes Administrativos nº 1876-32.00/13-4, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a construção de 20 (vinte) módulos sanitários no Município, conforme Plano de Trabalho, no âmbito do Programa Produção de Ações Habitacionais – Módulos Sanitários.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

O detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução com o respectivo quadro de composição do investimento, constam do Plano de Trabalho e Expediente Administrativos nº 1876-32.00/13-4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA SEHABS



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO**

I - manter a supervisão, o acompanhamento periódico e fiscalização da aplicação dos recursos, o controle e a avaliação das especificações e dos custos propostos decorrentes do Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio;

II - fiscalizar a execução do Convênio, com a prerrogativa de orientar e administrar os atos cujos desvios possam ocasionar prejuízos aos objetivos e metas estabelecidos para o presente ajuste;

III - transferir os recursos financeiros, para conta bancária vinculada, de acordo com o cronograma de desembolso aprovado e da disponibilidade do Estado;

IV - receber as prestações de contas relativas à aplicação da parcela e encaminhar para as respectivas liberações, na forma e nos prazos estabelecidos na Instrução Normativa CAGE Nº 01/2006;

V - prorrogar "de ofício" os prazos de início e/ou de conclusão do objeto deste Convênio, na mesma proporção do atraso dos repasses das transferências financeiras, desde que o Município não haja contribuído para esse atraso;

VI - emitir parecer sobre a regularidade das contas e da execução do Convênio;

VII - receber o objeto do Convênio, quando concluído, nos termos avençados, atestando sua efetiva execução.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - disponibilizar as áreas/terrenos alvo do Convênio;

II - no caso de complementação de recursos oriundos da União, promover as licitações para a contratação das obras, serviços e aquisição de materiais, de acordo com as normas legais em vigor ou, juntar cópia da lei municipal que autorizou o depósito do valor em conta de entidade financeira conveniada com o Município para este fim, instruída com a cópia de comprovação do valor depositado;

III - executar direta ou indiretamente os trabalhos necessários a consecução dos objetivos a que alude este Convênio, observando critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos;

IV - acompanhar e fiscalizar os contratos com terceiros para a execução dos objetivos deste Convênio, responsabilizando-se pelos recebimentos provisórios e definitivos, relativos as obras e/ou serviços de engenharia;

V - manter e movimentar os recursos financeiros recebidos em conta individualizada e vinculada aberta no Banrisul, identificada pelo nome e número do Convênio;

VI - aplicar os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, em poupança ou modalidade de aplicação financeira lastreada em títulos da dívida pública;

VII - aplicar os rendimentos da aplicação financeira referida no inciso anterior exclusivamente no objeto do Convênio, devendo os mesmos ser, obrigatoriamente, destacados no relatório demonstrativo da prestação de contas;

VIII - contribuir com contrapartida do valor estipulado na Cláusula Quinta - Do Valor deste Convênio, sob a forma de recursos financeiros, bens e/ou serviços economicamente mensuráveis, aplicados na obra;

IX - responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal e pelos encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, ou outros de qualquer natureza, resultantes da execução deste ajuste;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO**

X - apresentar relatório de execução físico-financeira deste Convênio compatível com a liberação dos recursos, bem como da utilização da contrapartida, a qual deverá ser realizada de acordo com a execução proporcional a cada parcela liberada;

XI - atestar o recebimento de materiais e a prestação de serviços nos documentos comprobatórios das despesas;

XII - designar responsável técnico e providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa às obras e/ou serviços de engenharia;

XIII - manter registros contábeis individualizados das receitas e das despesas provenientes deste ajuste;

XIV - prestar contas dos recursos transferidos pela SEHABS, nos prazos e forma estabelecidos na Instrução Normativa CAGE Nº 01/2006, conforme Cláusula Décima deste instrumento;

XV - propiciar no local das obras os meios e condições necessários para a realização de inspeções pela SEHABS, assim como de órgãos de controle interno e externo;

XVI - requerer, quando necessário, a prorrogação do prazo de execução do Convênio até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo;

XVII - comunicar, tempestivamente, os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do Convênio para permitir a adoção de providências imediatas pela SEHABS;

XVIII - compatibilizar o objeto deste Convênio com as normas e procedimentos de preservação ambiental;

XIX - manter, se for o caso, a guarda dos imóveis até a devida comercialização e entrega das unidades;

XX - instituir o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação, conforme definido em cláusula específica deste instrumento;

XXI - incentivar a participação comunitária no desenvolvimento deste Convênio e após a ocupação das unidades habitacionais e/ou lotes urbanizados, através da implantação de projeto de trabalho social;

XXII - priorizar a demanda habitacional vinculada às mulheres chefes de família e garantir a titularidade em nome da mulher, se for o caso;

XXIII - devolver os saldos deste Convênio e dos rendimentos das aplicações financeiras não utilizadas na obra na data da conclusão do seu objeto ou na sua extinção, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, em conformidade com o disposto no artigo 116, §6º, da Lei Federal 8666/93;

XXIV - devolver os valores transferidos, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, acrescidos dos rendimentos das aplicações financeiras, no caso de extinção antecipada do presente Convênio;

XXV - comprometer-se a concluir o objeto conveniado, se os recursos previstos neste Convênio forem insuficientes para a sua conclusão, sob pena de ressarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos;

XXVI - devolver o valor da contrapartida pactuada quando não comprovar efetivamente a sua regular aplicação, ou a aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida, ou a demora injustificada na execução do objeto ou, ainda, a ausência de prestação de contas nos prazos fixados, sob pena de tomada de contas especial e inclusão no CADIN/RS;

XXVII - tomar outras providências necessárias à boa execução deste Convênio.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O valor do presente Convênio é de R\$ 108.571,42 (cento e oito mil, quinhentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos) sendo R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais) de parte do Estado e R\$ 32.571,42 (trinta e dois mil, quinhentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos) de parte do Município como contrapartida, e serem liberados em parcela única.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros que dão suporte ao presente Convênio são decorrentes do Orçamento Geral do Estado, conforme códigos orçamentários-U.O.:3283; Projeto/Atividade: 5760; Natureza da Despesa: 4.4.40.42; Recurso: 006(Tesouro vinculado à Saúde); Empenho nº 14002281172 e orçamentários do Município a título de contrapartida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Os recursos transferidos pela SEHABS deverão ser movimentados única e exclusivamente em conta bancária vinculada a este Convênio, não podendo ser utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento.

Obriga-se o Município a restituir os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto pactuado neste instrumento, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovada;
- b) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a prestação de contas;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA VISTORIA

A execução das obras e/ou serviços objeto do presente Convênio será vistoriada periodicamente pela SEHABS.

CLÁUSULA NONA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação dos recursos dar-se-á em parcela única e será depositada em conta bancária específica para o Convênio, da seguinte forma:

1. A parcela será liberada antecipadamente;
2. Após a liberação da parcela e o início das obras, o Município deverá colocar a placa de obra, conforme modelo a ser disponibilizado pela SEHABS.
3. A prestação de contas dos valores do repasse e da contrapartida deverão ser elaboradas pelo Município de acordo com o Anexo 9 do Manual do Programa a ser disponibilizado pela SEHABS;

M. N.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO

4. A execução física da etapa será atestada pelo Estado através de acompanhamento da SEHABS.
5. Após o vencimento do convênio, se houver prestação de contas pendente, o Município será inscrito no CADIN e posteriormente em DÍVIDA ATIVA DO ESTADO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Município realizará a prestação de contas no prazo máximo de sessenta dias contados do prazo final para conclusão do objeto, apresentando a SEHABS os seguintes documentos e modelos disponibilizados pela Secretaria em seu Site:

1. **Ofício de encaminhamento.**
2. Quando a obra for por **administração direta** (executada pelo Município): apresentar ART de execução do responsável técnico do Município;
 - 2.1. Quando o Município atuar como agente organizador do Programa: apresentar ART de fiscalização de execução do responsável técnico do Município e ART de execução de técnico da empresa contratada.
3. Quando a obra for por **empreitada global** (executada por firma contratada): apresentar ART de fiscalização do responsável técnico do Município e ART de execução do responsável técnico da empresa.
4. **Relatório de Execução Físico Financeiro (MODELO 1).**
5. **Demonstrativo de Receita e Despesa (MODELO 2).**
6. **Relação de Pagamentos (MODELO 3).**
7. **Cópia das notas de empenho e liquidação e das notas fiscais no caso dos itens 3 e 4.**
8. **Conciliação Bancária (MODELO 4).**
9. **Cópias dos extratos bancários.**
10. **Demonstrativo de Rendimentos de aplicações financeiras (MODELO 5).**
11. **Relação de bens parcial (MODELO 6).**
12. **Comprovante de recolhimento de saldos não utilizados.**
13. **Declaração de Realização de Objetivos e Metas, assinado pelo Sr(a) Prefeito(a) (MODELO 7).**
14. **Relatório de Cumprimento do Objeto (MODELO 8).**
15. **Termo de Recebimento Definitivo (MODELO 9).**
16. **Declaração de Habitabilidade (MODELO 10).**
17. **Ata de Aprovação do Conselho de Habitação ou Comissão de Cidadãos (MODELO 11).**
18. **Parecer do Órgão de Controle Interno Municipal quanto à correta aplicação dos recursos do convênio.**
19. **Relação de Bens de Obra Concluída (MODELO 12).**

Parágrafo único - O processo de Prestação de Contas deve ser instruído pela SEHABS com o respectivo Laudo de Vistoria.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DIVULGAÇÃO

Toda e qualquer publicidade ou divulgação quanto aos objetivos do presente instrumento deverá referir expressa e obrigatoriamente à cooperação das partes signatárias, bem como é obrigatória a identificação do empreendimento com placa, conforme modelo a ser fornecido pela SEHABS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CRIAÇÃO DO CONSELHO E DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

O Município deverá constituir Conselho e Fundo Municipal de Habitação, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

O Fundo Municipal de Habitação destinar-se-á a apoiar financeiramente ações habitacionais consideradas prioritárias e terá como fonte os recursos financeiros captados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SELEÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

A seleção dos beneficiários deverá ser efetuada conforme critérios a serem definidos pelo Conselho Municipal de Habitação, além dos seguintes: população com renda familiar de até cinco (5) salários mínimos e que não sejam proprietários, promitentes compradores ou cessionários de direito de qualquer outro imóvel residencial no local de domicílio, em observância ao Programa Produção de Ações Habitacionais disponibilizadas pela SEHABS, à Lei Estadual nº 13.017, de 24 de julho de 2008, bem como à Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, inclusive atendendo diretriz da Lei 11.574/01 que define que "20%, no mínimo, dos recursos públicos estaduais destinados à habitação serão aplicados em benefício de mulher sustentáculo de família".

Recomenda-se que a comercialização, com critérios definidos e aprovados pelo Conselho Municipal de Habitação deverão atender a um valor mensal de prestação dos beneficiários de, no máximo, 20% (vinte por cento) de sua renda familiar, para reaplicação em novos programas ou ações habitacionais do próprio Município. Deve o Município, ainda, adotar medidas que inibam a comercialização posterior do imóvel pelos beneficiários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 18 (dezoito) meses, a partir da publicação da sua súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

As modificações aos termos deste Convênio, caso necessário, serão objeto de Termo Aditivo, devidamente assinado pelas partes.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente convênio será rescindido a qualquer tempo pelo inadimplemento de suas cláusulas ou superveniência de norma legal que o torne inexecutível ou por acordo entre as partes, devendo haver observância do disposto no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, observadas as disposições quanto à devolução dos recursos conforme o caso concreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EFICÁCIA

O presente instrumento, assim como as suas eventuais alterações ou aditamentos terão sua eficácia condicionada à publicação das respectivas súmulas no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As dúvidas resultantes da interpretação de qualquer Cláusula do presente Convênio serão dirimidas no Foro de Porto Alegre, quando não resolvidas administrativamente.

E por estarem justas e convencidas, lavram este instrumento em três (3) vias de igual teor e forma que firmam com as testemunhas presentes.

Porto Alegre, de de 2014.

MARCEL MARTINS FRISON
Secretário de Estado da Habitação e Saneamento

ALFREDO MAURÍCIO BARBOSA BORGES
Prefeito Municipal de Lavras do Sul

Testemunhas:

- 1-
- 2-

ANEXO VI – PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO LAVRAS DO SUL/RS

1 - DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO / ENTIDADE PROPONENTE Prefeitura Municipal de Lavras do Sul			C.N.P.J. 88.201.298/0001-49
ENDEREÇO Rua Coronel Mesa, 373 - Centro			
CIDADE Lavras do Sul	UF RS	CEP 97390-000	DDD / TELEFONE (55) 3282-1244
NOME DO RESPONSÁVEL Alfredo Maurício Barbosa Borges			C.P.F. 302.378.315-10
C.I. / ÓRGÃO EXPEDIDOR 5014663991/SSP	CARGO Prefeito		FUNÇÃO Leiloeiro Rural
ENDEREÇO Rua Marechal Floriano, 395 - Centro			CEP 97390-000
HOME PAGE		E-MAIL seplanlavras@gmail.com	

2 - OUTROS PARTICÍPES

NOME	CNPJ/ CPF
ENDEREÇO	CEP

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO Melhorias sanitárias domiciliares	PERÍODO DE	
	INÍCIO	TÉRMINO
	APDOE	548 dias
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO Construção de módulos sanitários, de acordo com projeto da SEHABS.		

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O Município de Lavras do Sul/RS está localizado na Microrregião de Campanha Meridional, Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, distante 325 km da capital gaúcha, possui uma área territorial de 2.599,81 km² e sua população é de 7.669 habitantes (IBGE 2010). Tem como principais atividades econômicas a agricultura familiar e a pecuária, destacando-se a pecuária de corte e também a cultura de arroz irrigado.


Nossa proposta justifica-se na medida em nossa comunidade em sua grande maioria, pessoas de baixa renda, associados à falta de um módulo sanitário em suas residências estão vulneráveis a vários tipos de doenças relacionados à falta de saneamento básico. Com a construção dos módulos resgata-se e preservam-se valores do nosso povo, melhorando a qualidade de vida dos beneficiários.

Apesar de ser uma cidade pequena, Lavras do sul /RS necessita de infraestrutura, principalmente quanto ao saneamento, conforme o projeto em tela que será de fundamental importância para a autoestima dos moradores que irão sentirem-se bem melhor em suas moradias e mais confortáveis quanto à saúde de suas famílias. Tendo como função principal ainda, fomentar e difundir o conceito de saneamento como ação de saúde pública, dando, assim, o caráter básico para proteção sanitária e consequentemente à melhoria da qualidade de vida da população, além de ter nos levantamentos epidemiológicos e fatores de riscos ambientais, os parâmetros para a definição das ações, das metas e das prioridades locais.

O referido projeto resgata as obras relacionadas à realização de Ações de Melhorias Sanitárias que implica em atender às necessidades básicas de saneamento das famílias, por meio de instalações sanitárias mínimas.

Salientamos ainda, que o nosso principal compromisso está voltado para o desenvolvimento de nosso Município através da preocupação em desenvolvermos ações que resultem principalmente na qualidade de vida de nossos munícipes.

Obras de cunho social valorizam e melhoram a qualidade de vida de nossa comunidade, e com esta modalidade de ação proporcionará, ainda, um local adequado e sem riscos a saúde pública.



4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA FASE	DESCRIÇÃO DA META (ETAPA / FASE)	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			QUANTIDADE	UNIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
1	1	Construção de Módulos Sanitários	20	UN	APDOE	Em 548 dias

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

NATUREZA DA DESPESA		META	CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
	Construção de Módulos Sanitários	1	76.000,00	32.571,42	108.571,42
TOTAL GERAL					R\$ 108.571,42

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)**CONCEDENTE E PROPONENTE**

O desembolso será realizado em PARCELA ÚNICA.

7 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à **Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento** para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado do Rio Grande do Sul, na forma deste Plano de Trabalho.

Lavras do Sul, 18 setembro de 2013



Alfredo Maurício Barbosa Borges

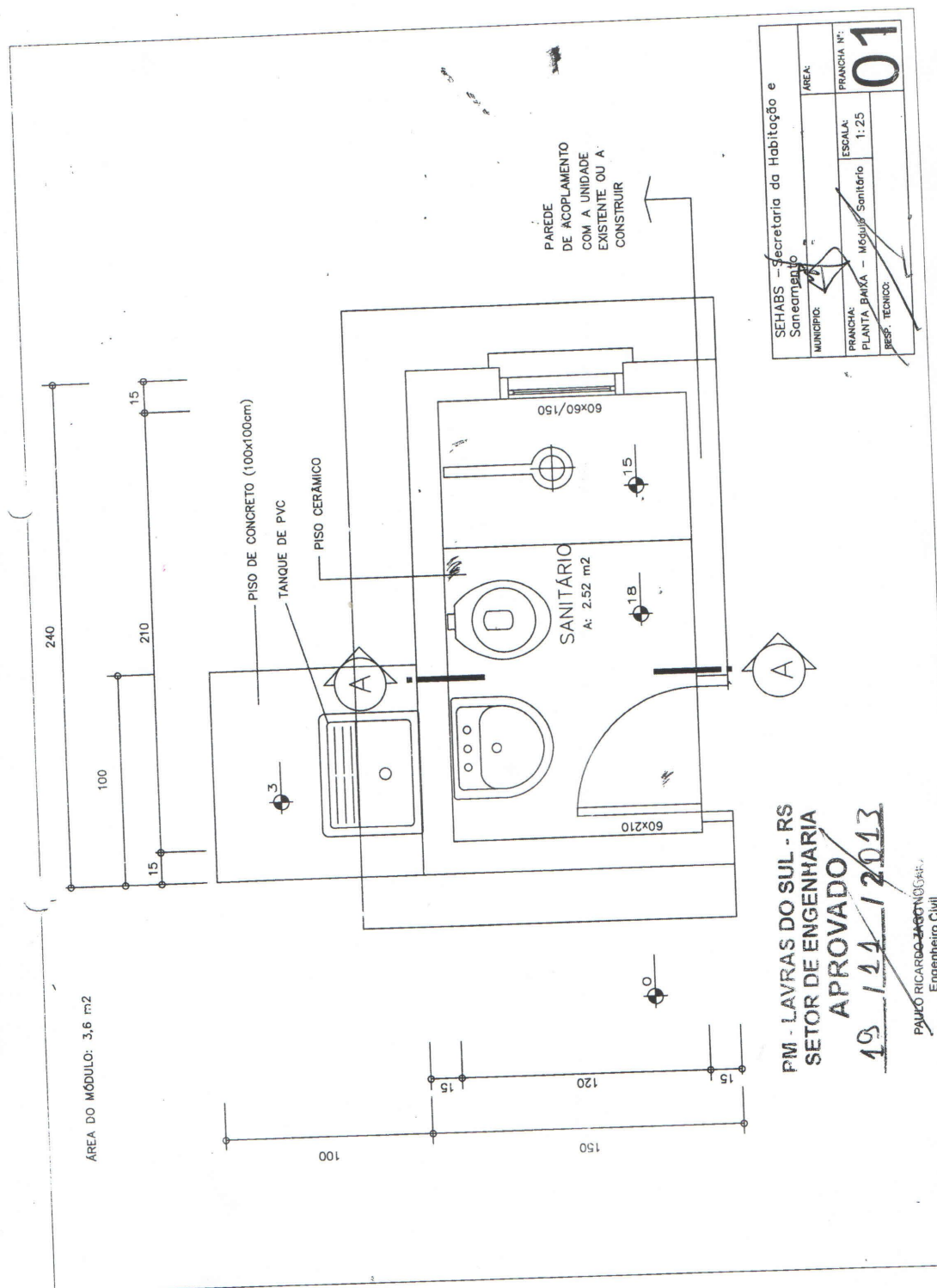
8 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

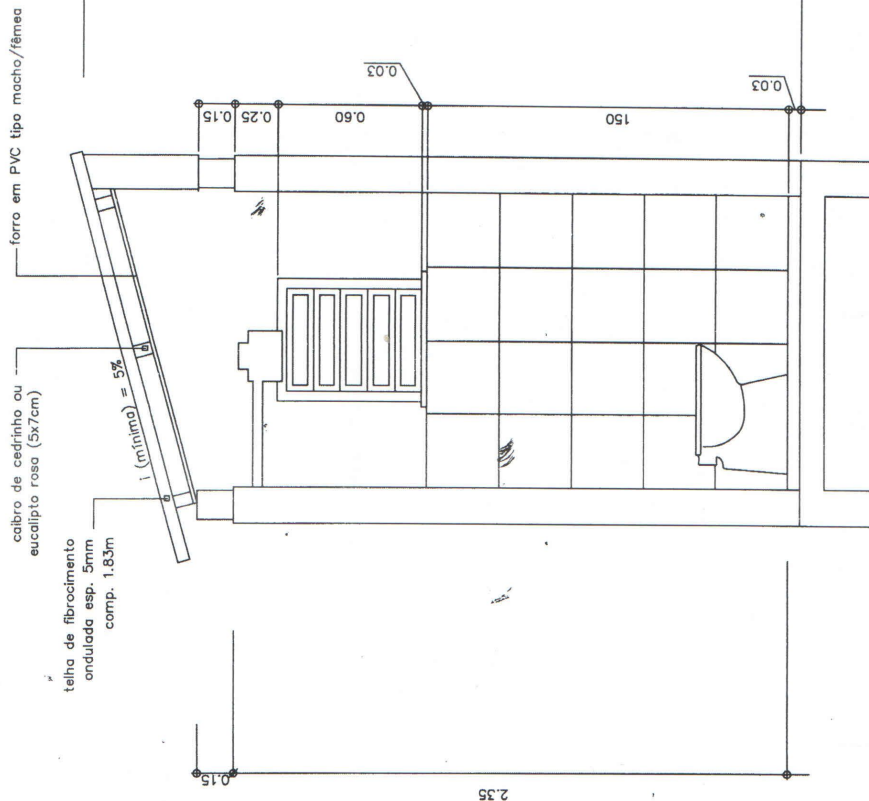
APROVADO

local e data

Concedente

VII – PLANTAS



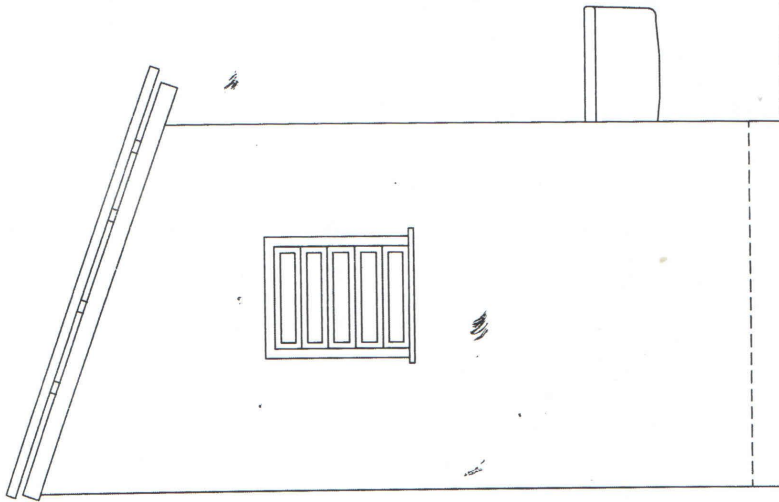


PM - LAVRAS DO SUL - RS
SETOR DE ENGENHARIA
APROVADO

19/12/2013

PAULO RICARDO ZAGO NUNES
Engenheiro Civil
CREA 70065

SEHABS - Secretaria da Habitação e Saneamento			
MUNICÍPIO:		PRANCHA Nº:	02
PRANCHA:		ESCALA:	1:25
CORTE:	AA - Médio Sanitário	RESP. TÉCNICO:	



PM - LAVRAS DO SUL - RS
SETOR DE ENGENHARIA
APROVADO
13/11/2013

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70085

SEHABS - Secretaria da Habitação e
Saneamento

MUNICÍPIO:	PRANCHAS:	ESCALA:	PRINCHA Nº:
	FACHADA - Módulo Sanitário	1:25	03
RESP. TÉCNICO:			

TENSÃO 380/220V

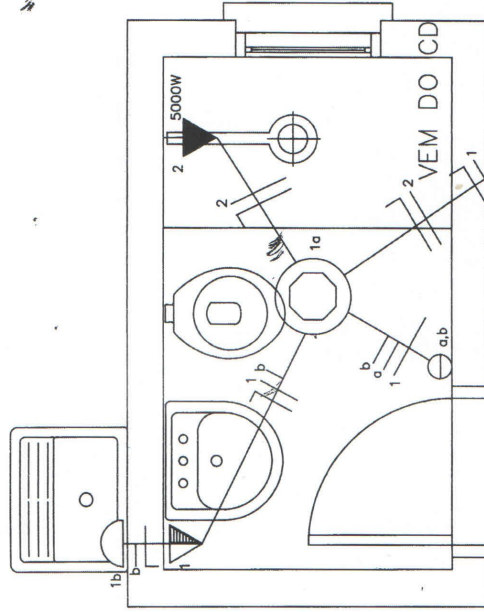
CIRCUITO	CARGA (W)	PROTEÇÃO	CONDUTORES
1	300	10A	1,5 mm ²
2	5000	25A	4,0 mm ²

TENSÃO 220/127V

CIRCUITO	CARGA (W)	PROTEÇÃO	CONDUTORES
1	300	10A	1,5 mm ²
2	5000	40A	6,0 mm ²

PM - LAVRAS DO SUL - RS
SETOR DE ENGENHARIA
APROVADO
19/11/2013

PAULO RICARDO ZAGOMOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70065



CONVENÇÕES



PONTO DE LUZ NO TETO



ESPERA PARA CHUVEIRO (h=2,20m)



CONJUNTO INTERRUPTOR DUPLO E TOMADA (h=1,30m)



CONDUTORES, NEUTRO, FASE E RETORNO



PONTO DE LUZ NA PAREDE (h=2,20 m)

VEM DA REDE EXISTENTE

NOTAS:

A-CONDUTORES NÃO COTADOS SÃO 1,5mm²

B-TOMADAS E PONTOS DE LUZ NÃO ESPECIFICADOS SÃO 100W

SEHABS / Secretaria da Habitação e Saneamento	
MUNICÍPIO:	
FRANCHA:	ESCALA:
PROJETO ELÉTRICO - M&E, S&T	1:25
RESP. TÉCNICO:	
FRANCHA Nº: 04	

PM - LAVRAS DO SUL - RS
SETOR DE ENGENHARIA

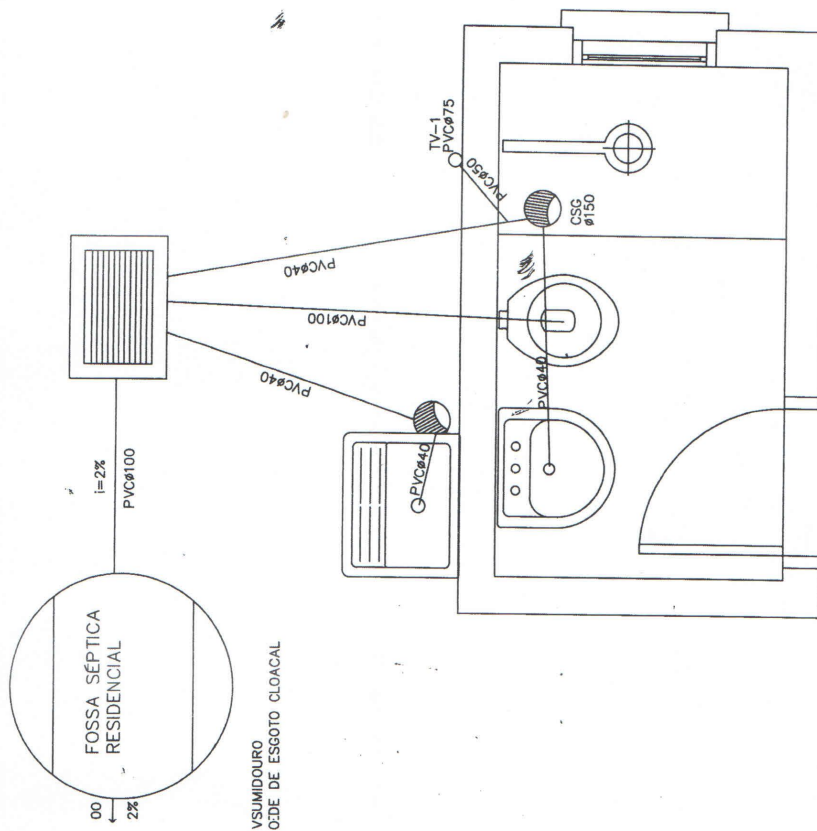
APROVADO

19/11/2013

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70065

CONVENÇÕES

- CAIXA SIFONADA COM GRELHA DN 150
- TUBO DE VENTILAÇÃO
- JUNÇÃO SIMPLES/INVERTIDA
- CAIXA INSPEÇÃO CLOACAL 45x60cm
- FOSSA SÉPTICA
- CANALIZAÇÃO DE ESGOTO PRIMÁRIO
- CANALIZAÇÃO DE ESGOTO SECUNDÁRIO



SEHABS - Secretaria da Habitação e Saneamento			
MUNICÍPIO	ÁREA		
PRANCHA: ESGOTO SANITÁRIO - Mda. Sanitário	ESCALA: 1:25	PRANCHA Nº: 05	
RESP. TÉCNICO:			



19 / 21 / 2013

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70065

CREA 70065

CONVENÇÕES

JOELHO 45°/90°

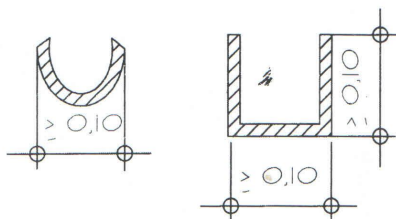
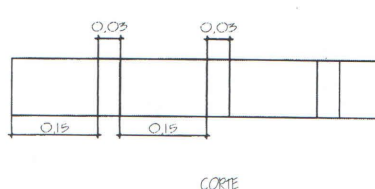
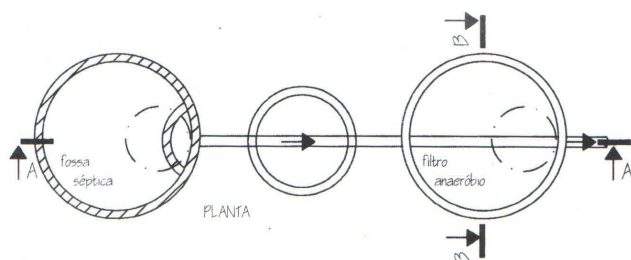
三

REGISTRO DE GAVETA

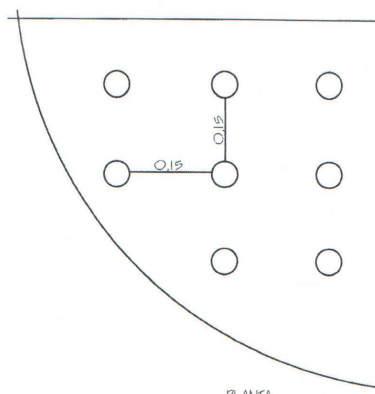
REGISTRO DE PRESSÃO

CANALIZAÇÃO DE ÁGUA FRIA (PVC)

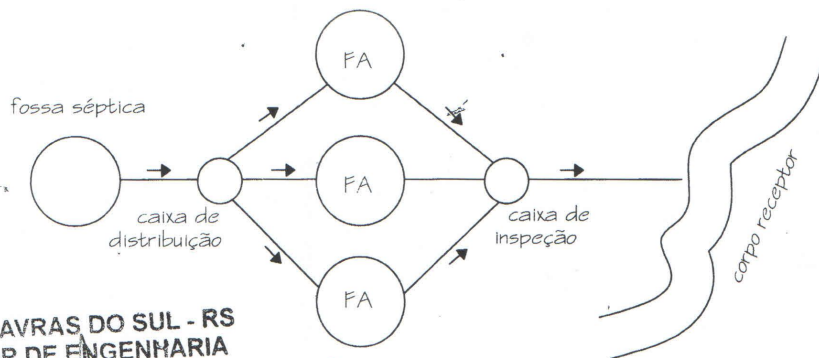
SEHABS - Secretaria de Habitação e Saneamento Desam - Mod. Sanitário		PRANCHAS ESTEREOGRAMA		ESCALA 1:25	PRANCHA Nº 06
MUNICÍPIO PA		REG. TÉCNICO			



Perfis de calhas vertedoras



DETALHE DO FUNDO DO POÇO



PM - LAVRAS DO SUL - RS
SETOR DE ENGENHARIA
APROVADO

19/11/2013

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70065

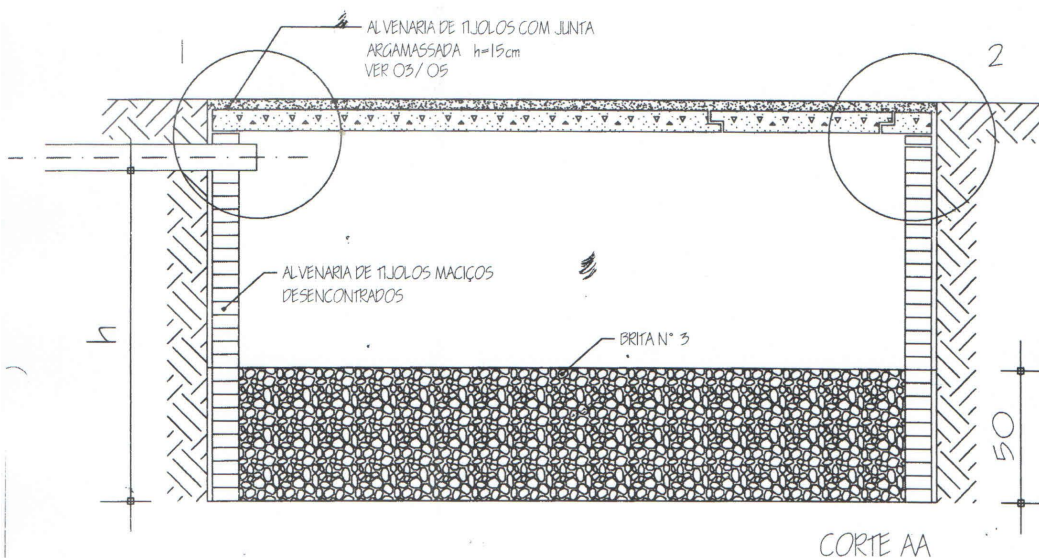
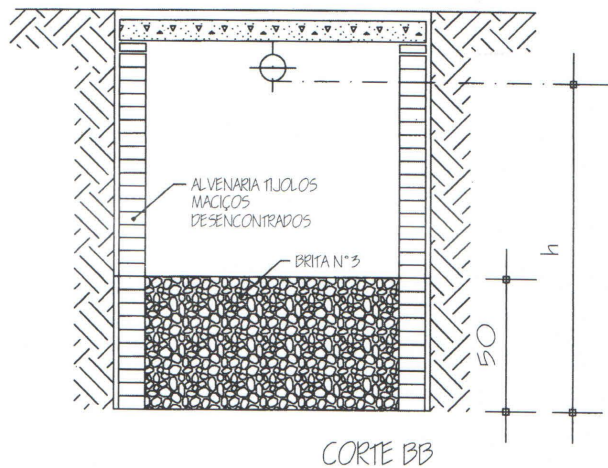
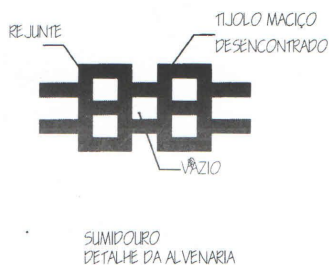
SEHABS - Secretaria da Habitação e Saneamento
Desan

MUNICÍPIO:

PRANCHA:

DETALHES E ITENS ANEXOS E ITENS INDICADOS

PRANCHA Nº:



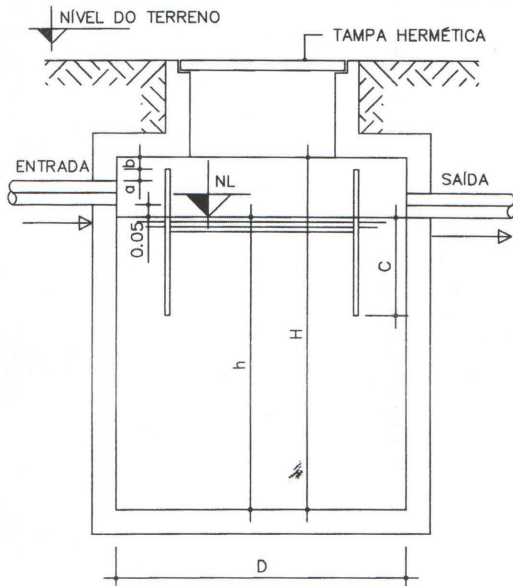
PM - LAVRAS DO SUL - RS
SETOR DE ENGENHARIA
APROVADO

19/11/2013

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70065

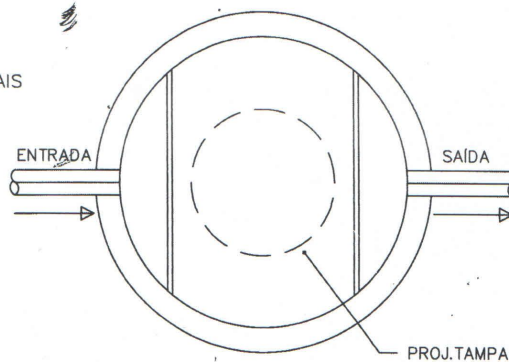
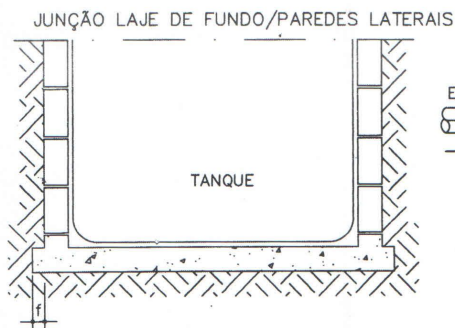
SEHABS - Secretaria da Habitação e Saneamento	
Desan	
MUNICÍPIO: <i>[Signature]</i>	
PRANCHA: <i>[Signature]</i>	PRANCHA Nº: <i>[Signature]</i>

CONFORME NB 7229/93



$a = 5\text{cm}$
 $b = 5\text{cm}$
 $N = \text{N}^\circ \text{ DE PESSOAS}$
 $V = \text{VOLUME (m}^3\text{)}$
 $D = \text{DIÂMETRO INTERNO MÍNIMO (1.10m)}$
 $H = \text{ALTURA INTERNA TOTAL (2.17m)}$
 $h = \text{PROFUNDIDADE ÚTIL (1.92m)}$
 $c = 1/3 \text{ de } h (0.64\text{m})$
 $NL = \text{NÍVEL DO LÍQUIDO}$
 $\text{TAMPA } \phi \text{ MÍNIMO} = 0.60\text{m}$

PARA USO RESIDENCIAL			
N	V	D	H
4			



PROCEDIMENTO DESEJÁVEL
 (VAZAMENTOS PELA JUNTA QUASE IMPOSSÍVEL)
 $f = \text{DIMENSÃO DE ACORDO COM DIMENSIONAMENTO}$
 PARA NÃO FLUTUAÇÃO DEVIDO AO EMPUXO

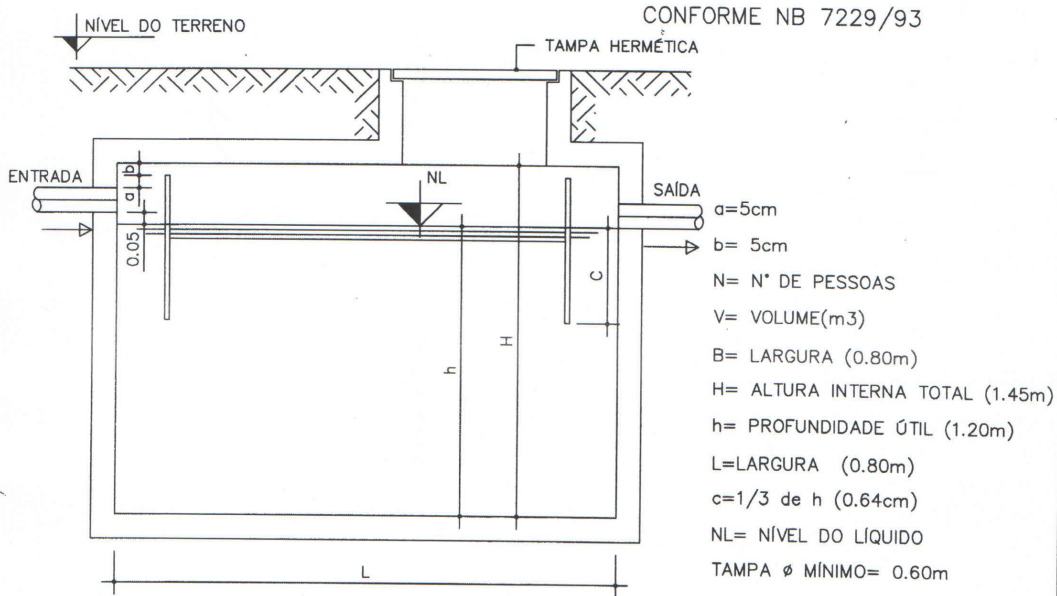
PM - LAVRAS DO SUL - RS
 SETOR DE ENGENHARIA

APROVADO

19/11/2013

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
 Engenheiro Civil
 CREA 70065

SEHABS - Secretaria da Habitação e Saneamento	
Desan	
MUNICÍPIO: <i>RS</i>	
PRANCHA: TANQUE SÉPTICO CILÍNDRICO	PRANCHA Nº: <i>—</i>

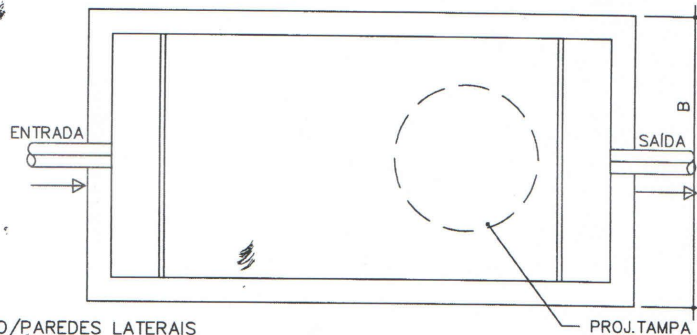


PM - LAVRAS DO SUL - RS
SETOR DE ENGENHARIA

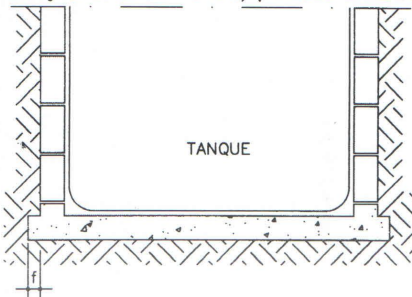
APROVADO

19/11/2013

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70065



JUNÇÃO LAJE DE FUNDO/PAREDES LATERAIS

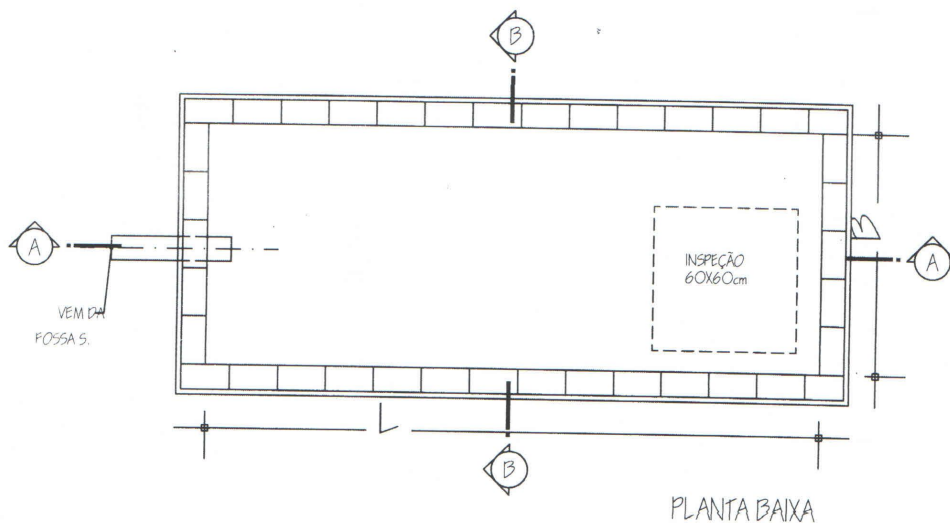


PROCEDIMENTO DESEJÁVEL
VAZAMENTOS PELA JUNTA QUASE IMPOSSÍVEL)

f=DIMENSÃO DE ACORDO COM DIMENSIONAMENTO
PARA NÃO FLUTUAÇÃO DEVIDO AO EMPUXO

PARA USO RESIDENCIAL				
N	V	L	B	H
4				

SEHABS - Secretaria da Habitação e Saneamento Desan	
MUNICÍPIO: <u> </u>	
PRANCHA: TANQUE SÉPTICO PRISMÁTICO RETANGULAR	PRANCHA Nº: <u> </u>



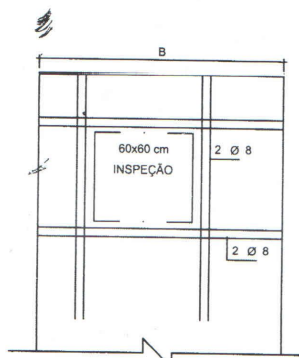
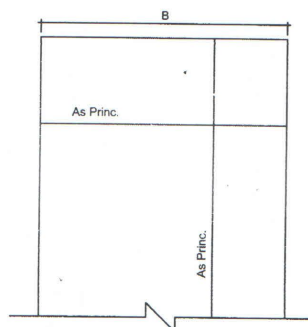
DIMENSIONAMENTO DA TAMPA DO SUMIDOURO

B	e	As Princ.	As Distr.
1.00 m	6 cm	Ø 4.2 c/ 12	Ø 4.2 c/ 19
1.5 m	8 cm	Ø 5.0 c/ 16	Ø 5.0 c/ 20
2.00 m	8 cm	Ø 5.0 c/ 13	Ø 5.0 c/ 20
2.50 m	8 cm	Ø 5.0 c/ 10	Ø 5.0 c/ 20

e= espessura da tampa

B= larguras padronizadas dos sumidouros

OBS.: recobrimento mínimo de 2.5 cm



PM - LAVRAS DO SUL - RS
SETOR DE ENGENHARIA

APROVADO

19 / 12 / 2013

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70085

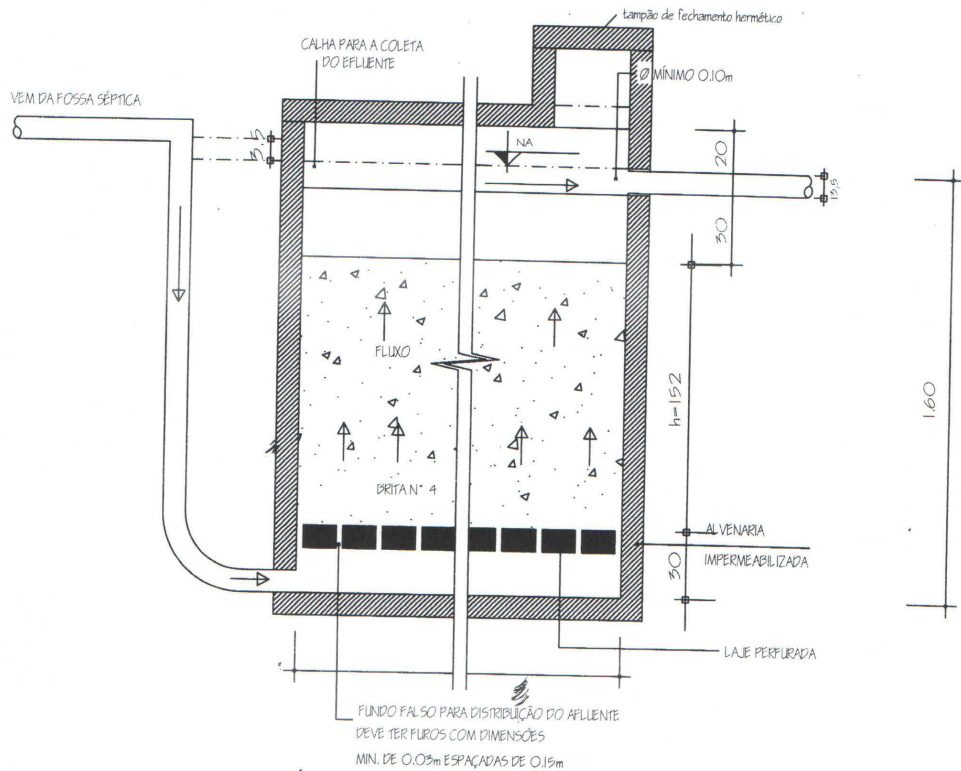
SEHABS - Secretaria da Habitação e Saneamento
Desan

MUNICÍPIO:

PRANCHA:

DETALHE DOS FOGOS SUMIDOUROS

PRANCHA Nº:



OBSERVAÇÕES

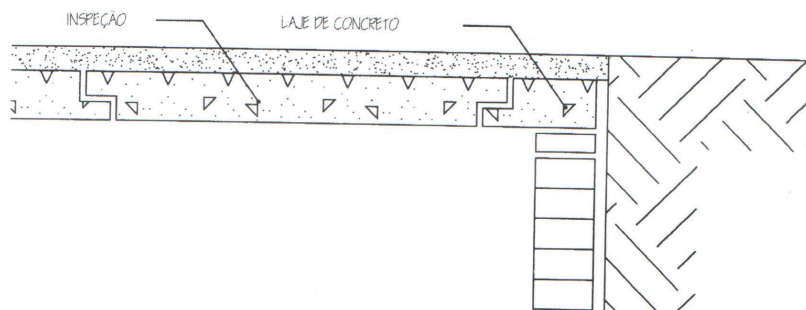
- Ø MÍNIMO É DE 0.95 m
- LARGURA MÍNIMA É DE 0.85m
- Ø MÁXIMO OU LARGURA < 3x (PROFUNDIDADE ÚTIL)
- VOLUME ÚTIL MÍNIMO É DE 1250 LITROS
- CONFORME NBR 7229/93

PM - LAVRAS DO SUL - RS
SETOR DE ENGENHARIA
APROVADO

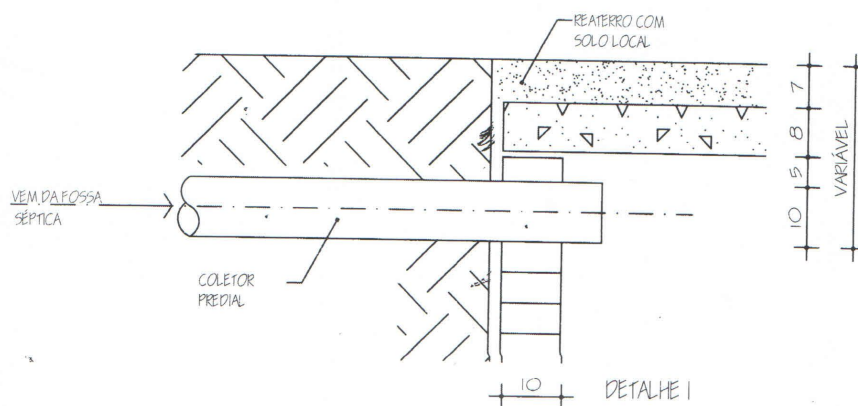
19/11/2013

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70065

SEHABS - Secretaria da Habitação e Saneamento Desa	
MUNICÍPIO: <i>RS</i>	
PRANCHA: DETALHE DE BOTA-APRÓXIMO CILÍNDRICO	PRANCHA Nº: —



DETALHE 2

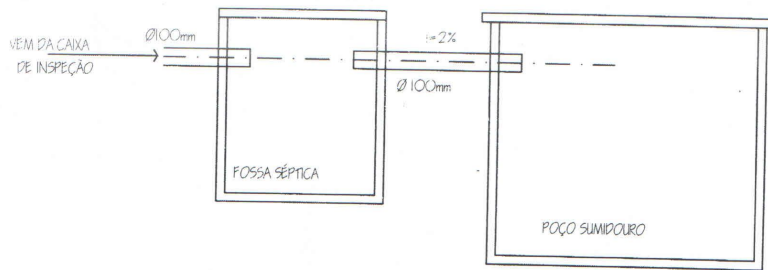


PM - LAVRAS DO SUL - RS
SETOR DE ENGENHARIA
APROVADO

19/11/2013

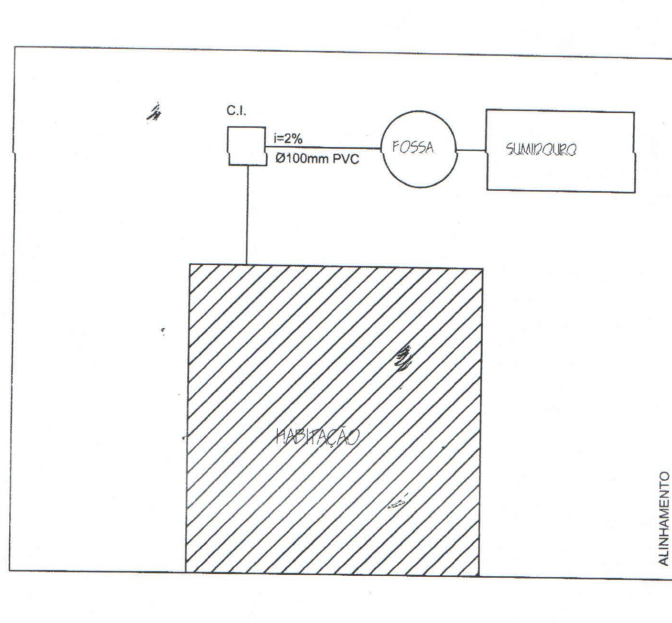
PAULO RICARDO ZACARIAS
Engenheiro Civil
CREA 70065

SEHABS - Secretaria da Habitação e Saneamento Desan	
MUNICÍPIO: <i>[Handwritten Signature]</i>	
PRANCHA: <i>[Handwritten Signature]</i> DETALHE DO COLETOR PREDIAL	PRANCHA Nº: <i>[Handwritten Signature]</i>



LIGAÇÃO DA FOSSA AO SUMIDOURO

S/ESC



MODELO ESGOTO CLOACAL

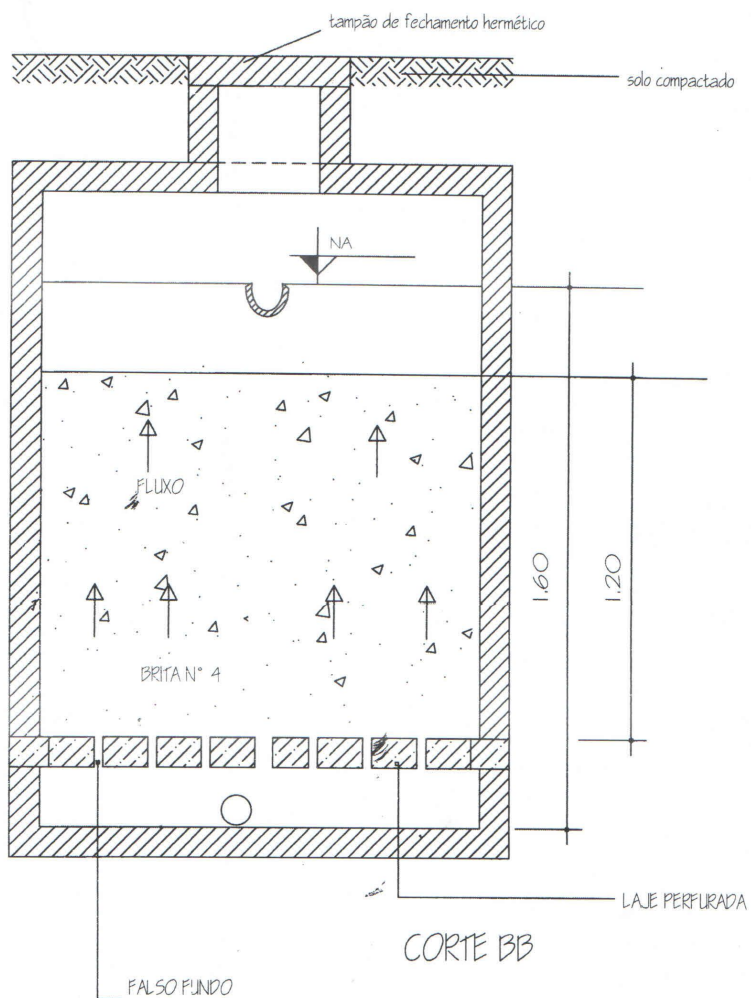
PM - LAVRAS DO SUL - RS
SETOR DE ENGENHARIA

APROVADO

13/11/2013

PAULO RICARDO ZAGO NOGARA
Engenheiro Civil
CREA 70065

SEHABS - Secretaria da Habitação e Saneamento Desan	
MUNICÍPIO: <i>RS</i>	
PRANCHA: <i>DETALHE DO CONECTOR DO SUMIDOURO</i>	PRANCHA Nº: <i>1</i>



PM - LAVRAS DO SUL - RS
SETOR DE ENGENHARIA
APROVADO

19 / 11 / 2013

PAULO RICARDO ZAPPALINO
Engenheiro Civil
CREA 70065

SEHABS - Secretaria da Habitação e Saneamento Desan	
MUNICÍPIO: <i>[assinatura]</i>	
PRANCHA: DETALHE DE TUBO AMERÓDICO	PRANCHA Nº: —

ANEXO VIII

Processo nº 23/2015
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2015.

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____-_____, Sócio-Gerente **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, **Processo nº 23/2015**, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2015**, que não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Lavras do Sul, ____ de _____ 2015.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO IX

Processo nº 23/2015
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2015.

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____._____._____-____, Sócio-Gerente, **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, PROCESSO Nº **23/2015**, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2015**, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos, conforme o Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Lavras do Sul, ____ de _____ 2015.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO X

Processo nº 23/2015
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2015.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Através da presente, declaramos que a empresa _____
_____ (*nome completo da empresa*), inscrita no CNPJ sob nº ____ . ____ . ____ / ____ – __ , por
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ , portador
da Carteira de Identidade RG nº _____ , **DECLARA**, sob pena de lei, que cumpre
plenamente os requisitos de habilitação para o presente Certame.

Declaramos, ainda, que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora
afirmada será imediatamente comunicada, por escrito, ao Setor de Compras e Licitações do
Município de Lavras do Sul/RS.

Lavras do Sul, ____ de _____ 2015.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO
E CARIMBO DA EMPRESA

*(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que
se proceda à autenticação)*

ANEXO XI

MINUTA CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA

Termo de contrato que entre si fazem o Município de Lavras do Sul e a empresa _____, tendo como objeto a Contratação de Empresa Especializada, por Empreitada Global de material e mão de obra para Construção de 20 Módulos Sanitários, com área total de 72m², sendo 3,60m² para cada módulo, conforme projeto do Programa de Habitação e Saneamento do Estado – SEHABS – em Lavras do Sul – RS, conforme Convênio SEHAB/DESAN 3260/13.

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e quinze, presente, de um lado, o Município de Lavras do Sul, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Alfredo Maurício Barbosa Borges, brasileiro, divorciado, leiloeiro rural, portador da identidade n.º 5014663991, CPF n.º 302.378.310-15 doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a empresa _____, CNPJ n.º _____, representada por seu Diretor, Sr. _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, é celebrado o presente contrato para Contratação de Empresa Especializada por Empreitada Global de material e mão de obra para construção de 20 módulos sanitários, com área total de 72m², sendo 3,60m² para cada módulo, conforme projeto do Programa de Habitação e Saneamento do Estado – SEHABS – em Lavras do Sul – RS, conforme convênio SEHAB/DESAN 3260/13, vinculado ao edital de Concorrência Pública n.º 01/2015 e à proposta vencedora, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente contrato tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada por Empreitada Global de material e mão de obra para construção de 20 módulos sanitários, com área total de 72m², sendo 3,60m² para cada módulo, conforme projeto do Programa de Habitação e Saneamento do Estado – SEHABS – em Lavras do Sul – RS, conforme convênio SEHAB/DESAN 3260/13, de acordo com as especificações do projeto, do memorial descritivo fornecido pelo **CONTRATANTE** e que é parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos legais, como se estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Os serviços objeto deste contrato deverão ser concluídos, pela **CONTRATADA**, no prazo máximo de 02 (Dois) meses, contados do recebimento da Ordem de Execução dos Serviços, emitida pelo **MUNICÍPIO**.

§ 1º A **CONTRATADA** não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas neste contrato.

§ 2º A **CONTRATADA** deverá executar a obra conforme Cronograma proposto, Memorial Descritivo, Projeto Básico, Planilhas Orçamentárias, entre outros aspectos de acordo com a Legislação pertinente e ao Edital do Processo 23/2015, Concorrência Pública 01/2015.

§ 3º A **CONTRATADA** é responsável pelo planejamento e controle dos serviços, de forma a cumprir o prazo determinado devendo para tal, apresentar a programação detalhada dos serviços à fiscalização, nesse caso, ao senhor Paulo Ricardo Zago Nogara.

§ 4º A **CONTRATADA** deverá apresentar, previamente, uma relação contendo nome, cargo e n.º da carteira de identidade de todos os profissionais alocados na obra.

§ 5º A **CONTRATADA** deverá fornecer todo o material necessário para a execução dos serviços, equipamentos de segurança, uniformes e outros quaisquer equipamentos e materiais que sejam necessários à plena execução da obra.

§ 6º A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, materiais de qualquer natureza para a execução da obra.

§ 7º A CONTRATADA deverá arcar com custos e despesas decorrentes de licenças, tributos, taxas, fretes, emolumentos e mais outras despesas diretas e indiretas de qualquer natureza, que incidam sobre os custos dos serviços.

§ 8º A CONTRATADA deverá refazer, sob sua exclusiva e integral responsabilidade, sem ônus para a contratante dos serviços e sem importar em alteração do prazo contratual, os serviços executados em que se verificarem defeitos de material ou vícios de execução, de acordo com a legislação em vigor.

§ 9º A CONTRATADA deverá fornecer ao pessoal necessário a execução dos serviços, uniformes e equipamentos de segurança, responsabilizando-se pelo seguro de acidentes de trabalho e pelos encargos trabalhistas e previdenciários dos mesmos, como única e exclusiva empregadora, ficando sob sua responsabilidade qualquer sinistro ocorrido em seus empregados e/ou propostos, quando da prestação dos serviços, objeto do contrato.

§ 10º A CONTRATADA deverá apresentar a medição física dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O preço total para o presente ajuste, na forma de empreitada global (fornecimento de material e mão de obra) é de R\$ _____, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela **CONTRATADA**, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, conforme cronograma físico-financeiro anexo ao presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA:

O pagamento será efetuado em parcelas, de acordo com o cronograma físico-financeiro da execução, mediante a apresentação de fatura e aprovação da fiscalização do **MUNICÍPIO**.

§ 1º O pagamento será efetuado de acordo com as medições feitas pela empresa contratada, juntamente com a Prefeitura Municipal, e pela disponibilidade financeira que se dará pelos repasses da SEHABS/RS, em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos a partir da data de cada medição.

§ 2º Em havendo alteração unilateral do contrato, que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **MUNICÍPIO** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ 3º Para a efetivação do pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS, INSS, bem como das fotocópias das CTPS assinadas, e folha de pagamento/recibo referentes aos empregados utilizados na prestação dos serviços.

§ 4º Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, calculados pró rata dia, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA:

O prazo de vigência do Contrato será até o dia 31 de Dezembro do exercício em que for assinado.

CLÁUSULA SEXTA:

Não será admitida subempreitada ou subcontratação, aceitando a **CONTRATADA** todas as condições impostas no memorial descritivo, projeto, cronograma e demais anexos, que também passam a integrar o presente contrato, comprometendo-se, ainda, a **CONTRATADA**, a obedecer todas as normas técnicas da ABNT, no que tange à segurança, solidez e perfeita execução das obras objeto deste contrato, o que não exime a **CONTRATADA** das disposições do art. 618 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O objeto do presente contrato, se estiver de acordo com o edital, da proposta e do contrato, será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de 15 dias, contados a partir da comunicação escrita da **CONTRATADA**.

b) definitivamente pelo Sr. Paulo Ricardo Zago Nogara, fiscal do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, prazo este de no máximo 90 dias, desde que comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

CLÁUSULA OITAVA:

Para todos os efeitos legais, o Responsável Técnico da **CONTRATADA** é o Sr. _____, registrado no CREA/RS sob o nº _____, que deverá recolher ART. e comprovar o recolhimento perante a _____.

CLÁUSULA NONA:

Pela inexecução total ou parcial do contrato o **MUNICÍPIO** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

9.1. A licitante vencedora sujeitar-se-á às seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do art. 86 e seguintes da Lei 8.666/93:

9.2. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

9.3. Multa:

9.3.1. de 5% sobre o valor da NOTA FISCAL/FATURA relativa aos serviços, pelo descumprimento de disposição do Edital, cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

9.3.2. de 10% sobre o valor total atualizado do Contrato/Empenho, nos casos de inexecução parcial ou total, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado.

9.4. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, de 1 a 2 anos.

9.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

9.6. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do Contrato/Empenho, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor, que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

9.7. A licitante vencedora que, chamada a retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o Contrato, não comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado para o fornecimento do objeto da presente licitação, podendo a Prefeitura Municipal de Lavras do Sul, convocar as licitantes remanescentes respeitadas à ordem de classificação, ficando a licitante sujeita às penalidades previstas neste item.

CLÁUSULA DÉCIMA:

As multas aplicadas na execução do contrato serão descontadas do pagamento, a critério exclusivo do MUNICÍPIO e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Será rescindido o presente contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte da **CONTRATADA**, se esta:

I - não cumprir regularmente quaisquer das obrigações assumidas neste contrato;

II - subcontratar, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste contrato a terceiros;

III - fusionar, cindir ou incorporar-se a outra empresa;

IV - executar os serviços com imperícia técnica;

V – falir ou requerer concordata;

VI - paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos;

VII - demonstrar incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má fé;

VIII - atrasar injustificadamente o início dos serviços.

Parágrafo único - Este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do **MUNICÍPIO**, mediante termo próprio, recebendo a **CONTRATADA** o valor dos serviços já executados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

As despesas decorrentes desta contratação serão suportadas pela seguinte dotação:

0228 – 08.512.0202 – 1.026 – 4.4.90.51.00.00.00.00.1125 – Obras e Instalações – Melhorias Habit Sanit – FMAS – R\$ 78.000,00

0229 – 08.512.0202 – 1.026 – 4.4.90.51.00.00.00.00.1147 – Obras e Instalações – Melhorias Habit Sanit – FMAS – R\$ 50.000,00.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: GARANTIA

No prazo de cinco dias úteis, a contar da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1.º, incisos I, II e III, da Lei n.º 8.666-93, correspondente a 1% (um por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Para questões de litígios decorrentes do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Lavras do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais especializada que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas, a tudo presentes.

Lavras do Sul, ____ de _____ de 2015.

Alfredo Maurício Barbosa Borges
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____